



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 75

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 19 de Maio de 1999

Presidente: *Deputado António Gomes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Humberto Melo)*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15.20 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e depois de mencionada a correspondência entrada na Mesa da ALRA, passou-se ao terceiro ponto deste período dedicado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**. Assim, foram oradores os Srs. Deputados Manuel Brasil (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), João Greves (*PP*), Herberto Rosa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), João Carlos Macedo (*PS*), António Almeida (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Fraga (*PS*), João Forjaz Sampaio (*PS*), Augusto Elavai (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

Encerrado este ponto, passou-se ao **Período da Ordem do Dia** com a continuação da apreciação e votação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional** sobre "**Regime Jurídico do Conselho de Ilha**", o qual foi aprovado por unanimidade.

Sobre este assunto proferiram intervenções os Srs. Deputados **Herberto Rosa (PS)**, **Paulo Valadão (PCP)**, **Alvarino Pinheiro (PP)**, **Vasco Cordeiro (PS)**, **Victor Cruz (PSD)** e **Joaquim Ponte (PSD)**.

Atingida a hora regimental, a restante ordem do dia ficou agendada para a sessão seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20.10 horas)

Presidente: Boa tarde.

Agradeço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para procedermos à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Humberto** de Medeiros **Chaves**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**

José Ramos **Aguiar**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria **Bairos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

João Maria Fraga **Greves**

Mário Jorge da Câmara Simões **Moura**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura da correspondência

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Presidência do Governo, envio da Proposta de Decreto Legislativo Regional que respeita à "concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na Região Autónoma dos Açores".

Baixou à Comissão de Economia.

Secretária (*Natividade Luz*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs. 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 58, bem como a Separata n.º. 14/VI.

Presidente: Não havendo mais correspondência, vamos passar ao período destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. virtuais Membros do Governo:

Eu falo para uma plateia do ilustre Governo desta Região que é virtual. Eu por mim, que uso óculos, não os consigo ver.

Transportes!... Segundo os entendidos um bem necessário, cuja falta, deficiência ou má gestão levam à asfíxia, ao estagnamento à paragem e até à morte do progresso e desenvolvimento de uma sociedade, região ou ilha.

Quanto a este meio tão necessário ao progresso e desenvolvimento, os jorgenses bem podem dizer que estão a ser vítimas, a ser discriminados e marginalizados, pelo actual modelo de política para os transportes.

Assim é caso para perguntarmos: onde arrumou o Governo o ponto número dois das Medidas de Política de Transporte do seu programa? Para avivar a memória dos Senhores Deputados do Partido Socialista e do Governo que apoiam, vou citar: "Incentivar à articulação das diversas empresas privadas de transportes marítimos de passageiros e de carga de forma a melhorar a qualidade a fiabilidade e a estabilidade dos serviços prestados".

É com horários e itinerários de Verão como aquele que a Transmaçor apresenta de 3 de Maio a 24 de Setembro, para o Grupo Central?

É com os horários que a Açorline ainda não apresentou e que não se sabe quando vai apresentar, para as carreiras de Verão do Grupo Central e Triângulo?

Deputado Luís Resendes (PS): Já está assim tão pessimista?!

O Orador: É com o fim da ligação diária do Triângulo nos dois sentidos, que desde há alguns anos na época de Verão era um facto bem evidente. Que tão bons serviços prestou ao turismo, à economia destas três ilhas e às suas gentes!

É com a anulação já iniciada da ida de turistas a São Jorge para a presente época, por falta da respectiva ligação dos Transportes Marítimos no Triângulo.

Quem lucrou, quem lucra e quem lucrará, com o fim da ligação diária do Triângulo nos três sentidos?

Os — entre aspas — lobbys estabelecidos?

Os que tem medo, que o Triângulo se transforme num polo de elevado valor político, económico e social, desta Região?

O Governo do Partido Socialista que mais uma vez pretende esmagar os jorgenses?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Governo da Região!

O Orador: Onde está a articulação entre as duas empresas citadas?

Que esforço desenvolveu este Governo, no sentido da Açorline adquirir, a tempo e horas, os barcos para as carreiras de Verão nesta Região?

Desconhecia o Senhor Secretário da Tutela, que já há um ano atrás estes problemas de transportes marítimos deveriam estar equacionados?

Não se confronta já pela terceira vez consecutiva, o Senhor Secretário da Tutela, com idênticos problemas de transportes marítimos?

Será que a experiência adquirida com a ligação diária do Triângulo nos dois sentidos, não lhe permitiu concluir que esta tem necessariamente de continuar? Que esta é viável, e que para poder ser uma realidade falta apenas e tão só a vontade política deste Governo?

Mas mesmo que não fosse cem por cento viável, não têm, estas ilhas e São Jorge nomeadamente, direito a serviços de utilidade pública que levem ao arranque do seu progresso e desenvolvimento?

Quem tem medo do desenvolvimento de São Jorge?

Quem lucra com o atraso, o esquecimento e a rejeição de São Jorge no contexto regional?

Esta Região ficaria assim muito mais pobre, se esta ligação diária, nos dois sentidos no triângulo, desfalcasse o erário público, em meia dúzia de milhares de contos por ano?

Mas não fica mais pobre, ao empatar milhões de contos na Açorline para 18 meses, ao empatar milhares na Transmaçor ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Outra vez?!

O Orador: ... e ao ir empatar milhares noutros eventos, que são sem dúvida menos de utilidade pública.

Ao esquecer este Governo, que o Triângulo tem 37% da superfície sólida da Região e que se só tem 17% da sua população...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Só?!

O Orador: ... é porque a esta parte dos Açores, ainda não foi dada a devida oportunidade de se desenvolver.

Sr. Secretário:

Os actuais horários e itinerários da Transmaçor são sem dúvida, a prova da articulação, da qualidade, da fiabilidade e da estabilidade dos serviços prestados.

É a constatação de que quem aprovou estes itinerários, não conhece estas rotas, não conhece o mar dos Açores, não conhece os seus portos e, perdoem-me o desabafo, não conhece também os açorianos.

Ou então é a prova de que quem aprovou estes horários e itinerários, fê-lo ou pressionado, por ignorância ou com maldade.

E quando assim é escusam-se de explicações a não ser que estas sejam coerentes e fundamentadas, o que no caso presente temos por dúvida.

Srs. Operadores Turísticos desta Região:

Se é possível fazer-vos um apelo, desta tribuna eu faço-o: Elucidem o Sr. Secretário da Tutela dos Transportes, por meio de telefone, telemóvel, fax, memorando, linguagem gestual, braille ou outro qualquer meio...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Que engraçado!...

Paciência!

O Orador: ... que lhe seja mais acessível e esclarecedor, de que os senhores necessitam de saber com um ano de antecedência, com que transportes vão contar no ano seguinte.

Se Sua Excelência tiver a compreensão real do problema, pode ser que saia da anarquia ironizante, do salto no escuro, da brincadeira de mau gosto, como no fundo são os horários e itinerários para o próximo Verão, que a Transmaçor se propõe praticar ou o rocambolésco folhetim do barco que ainda não se sabe se só virtualmente vai ligar o Grupo Central.

A Transmaçor na qual o Governo Regional detêm 20% do capital e os dois cruzeiros, a maior capacidade de arqueação e passageiros da empresa, oferece este Verão aos jorgenses, um serviço de pasmar.

De 3 de Maio a 18 de Junho os transportes desta empresa escalam às Segundas os portos das Velas e Calheta, com destino a Angra e nas Quartas os mesmos pela ordem inversa.

A partir de 21 de Junho os barcos da Transmaçor deixam de escalar as Velas, ficando em São Jorge, só a tocar a Calheta até 24 de Setembro.

Ficamos sem saber porque é que de 23 de Junho a 3 de Setembro a Transmaçor só escala a Calheta passando mesmo em frente às Velas. É com a intenção de só dar um toque em cada ilha?

Até concordávamos com isso se o Porto da Calheta tivesse outra operacionalidade, que infelizmente já deveria ter e não tem.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Sr. Deputado Mark Marques é tão seu amigo!

O Orador: E aqui é caso para dizer que basta de propaganda acerca deste porto.

Os calhetenses estão fartos de bonecos acerca do seu porto. Querem factos concretos, projectos em execução, ou seja, obra feita, porque eles são daqueles que sabem, mais do que ninguém, que de promessas está o inferno cheio.

Mas mais incrédulos ficamos ainda, quando de 23 de Junho a 3 de Setembro a Transmaçor às Segundas, Quartas e Sextas faz escala, na Madalena e Ribeiras do Pico e em São Jorge só toca a Calheta.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Só?! É mais perto das ribeiras!

O Orador: Que justificação existe para esta decisão?

Na prática nos itinerários Horta/Angra com escala nos portos da Madalena, Ribeiras, Calheta, os barcos da Transmaçor percorrem, da Horta à Calheta, cerca de 51 milhas.

O mesmo destino Horta/Angra no percurso tradicional Horta/Madalena/Cais/Velas/Calheta, até este último porto, percorrem a distância de cerca de 36 milhas, menos 15 que o percurso anterior.

As actuais condições do Porto da Calheta como já frisamos, nem sempre permitem aos barcos da Transmaçor fazerem ali serviço. Tal acontecendo como é muito provável que venha a acontecer com alguma frequência, onde é que estes barcos vão fazer serviço em São Jorge?

No Topo?... Vem atrás às Velas?... Ou pura e simplesmente rumam à Terceira sem escala em São Jorge?

Porque caso o mar não deixe escalar a Calheta e o serviço tenha que ser feito nas Velas, o percurso aumenta em mais de 22 milhas, 11 para cada lado, gastando a mais neste serviço duas horas. Problema que igualmente se põe no regresso Angra/Horta.

Um passageiro que tenha que fazer este percurso agora criado pela Transmaçor, entre Horta/Angra e vice-versa pode ter de fazer mais 37 milhas e sujeitar-se a uma navegação de 3 horas e tal a mais. É deveras incentivador para quem não passe bem de viagem ou não tenha lá muito jeito para marinheiro.

Deputado Herberto Rosa (PS): Vá de avião!

O Orador: Mas quem manda manda e o Senhor Secretário ao que parece mandou!... Mandou mal!... Mas mandou!

Aliás nem isso nos causou surpresa. Surpresa seria se ele se tivesse enganado e o acerto fosse no sentido de mandar bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mas nos transportes aéreos os jorgenses, nomeadamente os pescadores e os exportadores de peixe, também têm as suas queixas.

Estes ao que parece não têm direito a mandar peixe para Lisboa, às Quintas-feiras, dia mais conveniente para a colocação deste produto naquele mercado. Isto, porque por via marítima os exportadores jorgenses não conseguem fazer chegar à Terceira o seu peixe a tempo de apanhar a TAP e, por outro lado, os ATP da SATA muitas

vezes têm pouca capacidade de carga. Como se tal não basta-se o cargueiro da SATA INTERNACIONAL, às Quintas está quase sempre com a sua capacidade de carga esgotada em São Miguel.

Sabemos que estas situações não se resolvem com varinhas de condão, mas sabemos também que elas têm de ser resolvidas, nomeadamente, através de quotas, de aumento de capacidade de exportação e de prioridades em determinados produtos a exportar.

É preciso haver boa vontade e é essa que não vislumbramos.

São Jorge que está a exportar, anualmente, cerca de 100 mil contos em pescado fresco, tem capacidade, dentro da sua área potencial de pescas, para duplicar este montante.

Que falta então para que tal aconteça?

Falta que ponham à disposição dos jorgenses os meios de transporte capazes de escoar o pescado fresco e o colocarem na Docapesca de Lisboa, com a sua real qualidade.

Faltam melhoramentos nas infraestruturas e respectivos apetrechos nos portos de Velas, Calheta, Topo e Fajã do Ouvidor, dando-lhe as condições básicas que necessitam os pescadores para poderem, com alguma segurança e eficiência, exercerem a sua profissão.

Mas no fundo, no fundo, o que é que falta?

Falta a vontade política deste Governo, falta o respeito pelos pescadores e exportadores jorgenses, em síntese: falta a coragem de enfrentar os jorgense de frente, olhos nos olhos, de não os marginalizar, de admitir o direito à sua diferença de pensar.

É preciso banir de algumas primitivas e tacanhas mentalidades a cobarde e ridícula ideia de quarentena, enfim de não querer, de forma estúpida e burra, impôr aos jorgenses aquilo que eles não querem.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é para pedir esclarecimentos, mas para um complemento.

Eu não vou fazer as folgas do Sr. Deputado António Gomes que hoje se encontra a presidir a sessão, mas sobre esta questão dos transportes, no que se refere ao Grupo Central, em particular ao triângulo, no mês de Abril, quando foi conhecido o horário da Transmaçor, este assunto veio a esta Casa.

A população jorgense quando teve conhecimento desse horário entrou em pânico, como disse o meu colega.

É preciso lembrar que esta iniciativa dos transportes foi do PSD e que, felizmente, o PS foi dando alguns saltos qualitativos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Foi uma iniciativa de quem?

O Orador: Foi uma iniciativa do PSD, o Trijet.

É pena que ao fim de 3 anos, mais precisamente no final do ano passado, o Partido Socialista se tenha esquecido que uma boa época turística prepara-se no ano anterior. Gastaram em festa o fogo e as bebidas para comemorar o sucesso do "Lady of Mann" e do "Independência" durante o ano de 98, e esqueceram-se que se esperava, em 99, uma época turística e que todos os agentes turísticos, os restaurantes e os taxistas, esperam ansiosamente por essa época.

Porém, acontece que este ano — eu tive conhecimento ontem à tarde — o navio que irá operar no Grupo Central a partir do dia 20 de Junho, o então chamado "Cachalote", vem complementar o horário da Transmaçor. Vem tarde, mas vem.

Era bom que no próximo ano esta embarcação começasse a fazer estes percursos mais cedo. É importante que a época estival, em cada ano que passa, vá dilatando.

A partir do mês de Maio é necessário haver este transporte de passageiros, porque de há dois meses a esta parte, muitos têm sido os grupos que pretendiam visitar os Açores, o Grupo Central e em particular o triângulo, e as pessoas que estão ligadas à hotelaria tem-me informado que foram vários os cancelamentos, porque as agências de viagem não conseguiam garantir o transporte dos seus clientes.

Eu penso que é esta a situação que o Sr. Secretário há dias referiu como sendo o ano de transição. Espero bem e faço votos para que este ano seja o ano da transição e no próximo ano, em matéria de transportes, ficaremos no século XXI.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Brasil trouxe, a esta Câmara, as suas preocupações em relação à Ilha de Jorge e está no seu pleno direito.

Porém, há uma nota que referiu que fez com que eu daqui desta bancada produzisse alguns apartes, mas já foi esclarecida pelo Sr. Deputado Mark Marques.

V. Exa. desconhecia os horários do "Cachalote" que irá operar e suprir as tais faltas que apontava na tribuna de, no Verão, não passar ninguém pelas Velas. Passa e passa um barco rápido que era aquilo que se reconhecia, há anos, como sendo o melhor.

Eu acho que quanto a esse aspecto, tirando quaisquer outras aporções laterais em relação à Transmaçor que aqui podíamos aduzir, os velenses, neste caso, estão melhor servidos, mas isto é a minha opinião.

O Sr. Deputado deixou aqui uma dúvida que eu não percebi. As Jornadas de Desenvolvimento promovidas pela Associação de Municípios do Triângulo, nas Lajes do Pico, associação essa da presidência do Sr. Presidente da Câmara das Velas, António Silveira, numa das conclusões/recomendações ao Governo, vinha claramente explicitada a necessidade de uma viagem pelo sul do Pico.

Há a viagem pelo sul do Pico, uma tradição antiga. O Ponta Delgada quando ia às Lajes, fazia Calheta e Angra, portanto hoje não vai o Cruzeiro às Lajes, vai às Ribeiras. Eu não estou a discutir se a opção é boa ou não, apenas estou a dizer a história de todas estas situações.

A Transmaçor assumiu, porque esteve presente nessas Jornadas de Desenvolvimento, que era necessário uma passagem pelas Ribeiras. O Governo dá o seu aval a esse horário e V. Exa. põe em causa essa situação.

Eu não vou dizer que haverá falta de solidariedade política entre V. Exa. e o Município das Lajes do Pico, não vou tão longe. Agora, que haja alguma parcimónia

na assunção dos critérios que nós temos, ou na maneira como nós abordamos estas questões, é isso que eu peço, porque não podemos amanhã dizer uma coisa que ontem estávamos a pedir e que hoje estamos a negar.

Como é que se faz então?

E se V. Exa. me vier dizer que o percurso não vai ser rentável?

Parece que ontem, o Sr. Deputado Madruga da Costa disse que o município lajense também teria assumido qualquer défice dessa viagem através do sul do Pico. Neste caso concreto, a freguesia das Ribeiras faz parte do concelho das Lajes do Pico.

Eu, por acaso, estive a confirmar, não há nada escrito, mas às vezes a palavra dos homens vale mais do que qualquer documento escrito.

Era este o esclarecimento que eu queria deixar à Câmara.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): No caso do Sr. Presidente da Câmara das Lajes é assim!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Brasil trouxe a análise um aspecto que já ontem foi referido por mim em relação à Ilha das Flores, ou seja, o transporte de peixe. Eu ontem já chamei a atenção do Governo para esta matéria e hoje o Sr. Deputado volta a referir.

Em nosso entender, nós ainda não entrámos em estado de rotura, mas se a situação não for olhada com seriedade e com responsabilidade, daqui a um, dois ou três meses, podemos estar num estado de rotura, porque o transporte para o peixe tem que ser feito atempadamente, porque o peixe só tem valor comercial quando o comerciante tem a garantia de que o compra hoje e que o coloca amanhã ou depois no mercado do Continente.

Neste momento, nas ilhas pequenas, conforme o Sr. Deputado disse e eu já ontem o tinha afirmado, não está a ser dada, aos comerciantes de peixe fresco, a garantia de que eles terão transporte principalmente de São Miguel e da Terceira para Lisboa.

Isto é bonito, muito interessante e nós, das ilhas pequenas, pelo menos da minha parte, gostamos muito de poder ter voos directos das Flores ou de São Jorge para

Ponta Delgada, e isto dá alguma capacidade de melhorar estes voos em relação ao exterior, mas de nada serve aos nossos industriais se, chegando com a sua mercadoria a Ponta Delgada ou à Terceira, ela fica lá à espera de transporte para Lisboa, porque os perecíveis não podem esperar.

Neste caso concreto, o problema comercial do peixe só tem valor se ele puder ser comercializado fresco. Se ele for congelado ou se o comerciante tiver receio do congelar, imediatamente, o seu valor desce substancialmente.

Eu queria realçar este aspecto que foi aqui referido e chamar a atenção do Governo Regional para a necessidade urgente de se procurar, por todos os meios, junto da SATA Internacional, da TAP, da SATA AIR AÇORES ou junto de todas as entidades que têm responsabilidades no transporte, que este problema possa ser olhado com seriedade e resolvido de modo a que os nossos pescadores possam ter os proventos que lhes são devidos em função do valor daquilo que pescam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Manuel Brasil e há lá um ponto em que estou de acordo, ou seja, quando ele diz que os jorgenses são discriminados e marginalizados.

Neste aspecto, gostaria de dizer que os corvinos são muito mais discriminados e marginalizados.

É uma injustiça ouvir-se falar nesta Casa, tantas vezes, no transporte de passageiros entre 8 ilhas dos Açores. Isto, na minha opinião, é inconcebível.

Vamos directo ao assunto, meus senhores:

O Governo ou vai ter que encontrar um barco adaptado para o cais do Corvo, ou vai ter que encontrar um cais adaptado para os barcos que tem para operar nesta Região.

Eu também gostaria de deixar uma reflexão a esta Câmara. Já lá vão dois anos e foi aprovado nesta Câmara, por todos os Srs. Deputados, uma Proposta do PP para o prolongamento do cais do Corvo.

Eu tenho a certeza que qualquer um dos Srs. Deputados que aprovou isto e com muita gratidão minha, não o fez no sentido do cais do Corvo ser só um entreposto entre as Flores e o Corvo.

Eu julgo que na consciência de cada um, quando foi feita a aprovação, não foi nesse sentido.

Está na altura de se clarificar isto de uma vez por todas. O Corvo tem que ter barco como todas as outras ilhas têm. Se formos todos nós, nesta Casa, a dar esse contributo, temos a obrigação para que se concretize aquilo que na realidade é uma justiça.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Em relação aos horários dos barcos da Açorline, o conhecimento que tenho é que até há muito pouco tempo, esses horários não eram acessíveis nem sequer aos representantes deles nas respectivas ilhas.

Uma vez que não eram acessíveis, o que se fazia por detrás e dentro dos gabinetes, a mim não me interessa Sr. Deputado, porque isso não é informação para o público. O público, os agentes turísticos, as pessoas para poderem planejar a sua vida, não a planeiam de amanhã para hoje, mas sim de ontem para hoje.

Esses horários têm que estar disponíveis a tempo suficiente para que os futuros utentes possam organizar a sua vida. Quanto a isto, santa paciência!... O Governo mais uma vez em cima da hora apareceu de um momento para o outro com os célebres horários.

Quanto aos itinerários pelas Ribeiras, Sr. Deputado, oxalá que todos os portos das ilhas dos Açores sejam frequentados pelos barcos da carreira.

Eu nunca pus nem ponho em causa a questão deles passarem ou não pelas Ribeiras. O que eu demonstrei e é completamente diferente, é que este barco da Transmaçor, em relação a São Jorge, pelas características que nós conhecemos, pode ter que andar a fazer turismo — já agora se quiser assim — costa abaixo, costa acima, precisamente pelo desvio deste itinerário.

Se a Câmara das Lajes apoia hoje, depois da minha intervenção, muito bem, mas ontem aquando da sua intervenção e da intervenção do Deputado Madruga da Costa o Sr. Deputado dizia o contrário, ou seja, de que ela não apoiava.

Das duas uma: ou apoiou ontem e hoje apoiou, ou então não apoiou hoje tal como ontem não apoiou.

É preciso que nos entendamos aqui em relação ao final das coisas.

O Sr. Deputado pôs em dúvida, não sei se recorda, mas se não se recorda quando for publicado o Diário das Sessões, uma leitura atenta, se eles descriminarem lá o que aqui se disse, confirma que é verdade o que eu aqui estou a dizer.

Em relação a isto julgo que estamos esclarecidos. Eu penso que não vale a pena estarmos aqui com mais questões.

É preciso vermos que muita gente utiliza o barco por ser útil e não para passear. Utilizam naquele momento porque precisam dele e não estão para andar mais três ou quatro horas a passear de trás para diante com os inconvenientes que isso traz.

Outro ponto que gostaria de voltar a realçar em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão — um ponto que frisei na minha intervenção — é que temos um problema grave para os pescadores e para os exportadores de peixe que, no caso de São Jorge, esta classe já está a ser prejudicada durante o ano em alguns milhares de contos. Eu não tenho números que me permitam fazer afirmações, mas sei que ultrapassa os milhares.

Um exportador quando chega ao aeroporto com 300, 400 ou 500 quilos de peixe para exportar fresco, tem que o exportar nesse mesmo dia, porque só assim é que ele tem valor e qualidade no mercado do Continente e não quando fica meia dúzia de dias nas caixas de frio, porque quando chega lá já está completamente adulterado e assim perdem os exportadores e os pescadores, uma vez que o peixe vai ser vendido a um valor inferior e perde a Região, porque tem o nome de ter peixe de qualidade e quando chega lá já a qualidade é inferior.

O problema dos transportes tem que ser resolvido de alguma maneira. Eu não sei se vale a pena afretar mais um avião, mas há vários processos, desde as quotas ao seleccionamento do tipo de carga que em determinados dias tem que ir.

Ao Governo compete fazer esse estudo e colocar à disposição dos exportadores capacidade para, nos dias em que eles pretenderem mandar peixe, poderem exportá-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não posso deixar de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado João Greves acerca daquilo que tem sido a preocupação e os investimentos do VII Governo Regional dos Açores em relação ao Corvo.

Eu começo por dizer que concordo com os princípios que defendeu.

É evidente que nenhum Governo dos Açores pode esquecer o Corvo e esquecer que os corvinos, como açorianos de corpo inteiro, têm direito aos bens, à modernidade e às tecnologias que todos nós vamos tendo.

Porém, gostaria de dizer que o Governo Regional dos Açores orgulha-se de não se ter esquecido disso e orgulha-se, sobretudo, de, neste último ano e meio, ter investido, se quiserem ver as coisas em termos de números, cerca de 5 mil contos "per capita" na Ilha do Corvo.

Não fez mais que a sua obrigação, poderá V. Exa. dizer, e eu concordo.

O Governo não se tem esquecido do Corvo, Sr. Deputado e como exemplo disto, temos a rapidez com que foi feito o porto, que era necessário e com o custo acrescido que essa rapidez necessariamente implicou. Também temos a escola do Corvo, o centro de convívio do Corvo e as obras de manutenção e de melhoria da própria pista do aeródromo do Corvo

Também é de justiça dizer que, neste caso, o Governo Regional dos Açores tem conseguido sensibilizar, para o cumprimento das suas responsabilidades, o próprio Governo da República, porque da estação terrestre que está sendo construída na Ilha das Flores, obviamente que o Corvo também vai beneficiar. O polivalente de serviços que está sendo feito ao lado da Câmara Municipal do Corvo, ao contrário do que alguns possam pensar, não é obra da Câmara Municipal do Corvo, mas sim é paga pelo Governo da República para instalar uma dependência da Caixa Geral de Depósitos e as dependências das Finanças. É justo que isso seja feito e está sendo

feito, mas convém lembrar, suportado, conforme sua obrigação, pelo Governo a República.

Este Governo Regional não se tem esquecido do Corvo, Sr. Deputado e tem, inclusivamente, como é sua obrigação, sensibilizado o Governo da República para as responsabilidades que tem em todo o território nacional, nomeadamente na Ilha do Corvo.

Sr. Deputado:

Há um princípio de realidade a que temos que nos ater.

V. Exa. sabe e assistiu, aquando da última visita do Governo Regional ao Corvo, do contrato que foi assinado, em termos de transporte marítimo para assegurar cem ligações marítimas entre as Flores e o Corvo, que serão distribuídas no tempo, ou seja, haverá praticamente uma ligação diária no Verão, conforme foi dito na altura e V. Exa. sabe disso.

Sr. Deputado:

Não podemos pedir ligações marítimas diárias do Corvo com todas as ilhas dos Açores.

Aliás, quando falamos no transporte aéreo, vemos que nem todas as ilhas o tem como queriam.

Nós temos que nos ater aos princípios da realidade e dos custos.

No entanto, queria assegurar-lhe e tenho a certeza que os corvinos estão cientes disso, que este Governo Regional orgulha-se de não se ter esquecido da Ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já por duas vezes, nesta Sessão Legislativa, foi abordado um aspecto que eu considero importante e que sabemos que está a preocupar muitas pessoas na Região, nomeadamente as pessoas directamente envolvidas, ou seja, os pescadores e os exportadores, e que se prende com o transporte de peixe das nossas ilhas,

nomeadamente das ilhas mais periféricas para o continente e do continente para o estrangeiro.

Este é assunto que deixa alguma preocupação e, da nossa parte, já abordámos esta questão, quer com os exportadores, quer com a Administração da SATA.

É um problema que já aqui foi colocado, em termos correctos, numa das suas vertentes. Realmente, o peixe quando não é exportado fresco perde qualidade e valor. Uma primeira nota que deixaria aqui à reflexão dos Srs. Deputados é que este problema surge agora ou porque está a aumentar a captura do peixe e provavelmente os pescadores estão a ter melhores condições de trabalho — isto põe de alguma forma em causa o que disse o Sr. Deputado Manuel Brasil que afirmou que eles não têm condições para trabalhar — ou então porque diminuiu a disponibilidade de carga, o que não acredito que seja verdade, porque com os voos directos as situações melhoraram.

É extremamente alienatório, em ilhas como as Flores ou São Jorge, saber quando é que há peixe para exportar. O problema que se coloca é saber quem, quando, e que quantidades de peixe tem para exportar.

Quando se chega ao aeroporto — e sei que isto acontece — meia hora antes do voo, com uma tonelada de peixe, muitas vezes não há disponibilidade, tal como se qualquer um de nós chegar ao aeroporto em cima da hora e quiser viajar, muitas vezes o avião está cheio.

É importante que se encontre uma solução para esta questão, mas a mesma tem que passar por um ajusto de posições entre as transportadoras e os exportadores.

Como é que isso se faz?

Certamente sentando-se à mesa e dialogando sobre esta matéria.

Para se bloquear espaço de carga, é preciso ter uma expectativa minimamente fiável de que, salvo circunstâncias muito extraordinárias, essa disponibilidade de carga irá ser ocupada, senão, temos uma medida de má gestão da empresa, isto é, viajar com os porões vazios quando entretanto há pessoas que ficam mal servidas, porque não conseguem ver a sua carga transportada.

Não dramatizemos. Encaremos com responsabilidade as questões e vamos contribuir responsavelmente para a sua solução.

Repito: não dramatizemos as coisas, não empolemos as situações, porque há sempre, neste como em todos os outros casos, os dois lados da história.

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Há aqui uma coisa que me deixa um pouco satisfeito, mas não me deixa nenhuma esperança. Acreditar só nos princípios não nos leva a nada, mas eu já fico feliz em ouvir V. Exa. dizer que acredita nos princípios que eu aqui estou a defender. Isto já não é mau, mas não é a solução do problema.

O Sr. Secretário fala aí em várias coisas, nomeadamente no aumento das cem viagens entre o Corvo e as Flores.

Sr. Secretário, não aumentou nada, porque se V. Exa. vir as viagens que foram feitas entre as Flores e o Corvo por causa das obras do cais, foram feitas muitas mais viagens do que aquelas propostas pelo Governo. Aí o aumento foi quase nulo.

O Sr. Secretário refere aí um monte de milhões investidos no Corvo que nós quase que já os sabemos de cor, embora tenhamos má memória.

V. Exa. tem que ver que o rendimento que se deu desses milhões vem praticamente da obra do porto do Corvo. Tirando essa obra, são muito menos os milhões que o V. Exa. anuncia aqui.

O Sr. Secretário referiu também aí as obras da pista do Corvo.

Gostaria de lhe lembrar que a vedação da pista já vem de 97. Estamos em 99 e a pista está completamente aberta. Aquilo é um grande perigo para a segurança dos aviões que ali operam.

Há aqui uma imagem que o Sr. Secretário quer dar, que se calhar o Corvo vendido nem vale aquilo que Vs. Exas. têm investido lá.

Não é isso que está em questão, Sr. Secretário, porque o Governo existe é para isso. Se não fosse, nós não precisámos de Governo, os Srs. Deputados, nesta Casa, resolviam o problema.

O Governo está aí para executar e quando não for assim, digo desde já, que não está fazendo nada, Sr. Secretário.

Os senhores têm que se esforçar para que realmente o Corvo tenha a mesma dignidade de todas as outras ilhas.

Eu não posso dizer que este Governo não tem tido um bom comportamento para o Corvo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nalgumas matérias tem tido, mas há outras matérias que estão completamente esquecidas.

Nós não podemos dizer que o Corvo ficou esquecido de vez. Aquilo que está bem feito, eu não tenho problema nenhum em reconhecê-lo e estou solidário quando o Governo o faz, mas também tenho que lembrar ao Governo aquilo que ele não faz. Quando tentamos lembrar ao Governo aquilo que ele não faz, ficamos com a impressão de que não devemos fazer isso.

Há aqui uma solução que tem que ser resolvida de uma vez por todas e o senhor sabe, perfeitamente que um entreposto entre as Flores e o Corvo não resolve o transporte e é nesse sentido que o Governo tem que se esforçar.

Não vamos andar este ano desta forma, no próximo ano de outra forma. Nós temos que resolver as coisas de uma vez por todas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Há falta de produtos no Corvo?

O Orador: Então não há!

Deputado José Humberto Chaves (PS): O que é que falta?

O Orador: Falta tanta coisa no Corvo.

O Sr. Deputado já esteve lá tantas vezes.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eu não dei pela falta de nada!

O Orador: O Corvo não tem falta de nada?!

Paciência!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): O Sr. Deputado quando esteve lá ficou fechado!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O avião às vezes também não aterra no Pico.

O Orador: Esses apartes muitas vezes vêm fora de contexto e muito desfasados. Muitas vezes o senhor não está dentro da realidade que é o Corvo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

O senhor há poucas semanas esteve em São Jorge e teve a preocupação de me dizer que deu uma volta para informar-se da situação real da ilha. Agora, vem para aqui dizer que a pesca aumentou em São Jorge, porque os pescadores têm melhores qualidades. Isto só prova que o Sr. Deputado não se informou bem, porque se assim o tivesse feito, os pescadores tinham-lhe dito que têm piores condições de trabalho.

Sabe porquê, Sr. Deputado?

O senhor esteve em cima do Cais das Velas e a rampa de varagem desse cais tem buracos que cabem lá dentro traineiras, porque eles não são tapados há muitos anos.

No próprio Cais das Velas não se consegue varar um barco com três ou quatro toneladas, porque não se consegue içar na grua, a não ser na grua da Junta Autónoma, e se for um bocadinho maior nem nessa grua se consegue içar esse barco, porque ela tem uma capacidade muito reduzida, ou seja, 20 toneladas apenas.

Se V. Exa. tivesse tido a preocupação de falar com os pescadores da Calheta tal como teve a preocupação de falar comigo, eles iam dizer-lhe que as suas condições de trabalho estão piores. Se tivesse ido ao Topo elas cresciam e se fosse para o Norte pior ainda, porque lá só temos um porto, ou seja, o Porto da Fajã do Ouvidor.

Não foram as melhores qualidades que este Governo deu as pescadores de São Jorge que os fez aumentar as capturas, mas sim a vontade que eles têm em trabalhar, a ânsia que têm pelo futuro e vêem muitas vezes esse trabalho cerceado e reduzido quando vão pôr o peixe na lota e o mesmo é pago a menos 500\$00 do que aqui no Faial ou na Terceira, porque podem embarcar directamente para o Continente. O Sr. Deputado sabe o que é para um homem que passou a noite ou muitos dias com mau tempo no mar, perder 500\$00 num quilo de peixe?

Não são as qualidades que o Governo lhes dá, mas sim a necessidade de ganhar a vida e de tentar tirar o produto que o suor do seu rosto levou a isso. São essas as qualidades que nós temos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também vou intervir referindo-me aos aspectos do transporte do peixe.

Sr. Deputado Herberto Rosa:

Eu vou procurar não dramatizar, porque a minha intenção não é essa, mas sim trazer à colacção uma matéria que considero altamente importante.

Eu não vou referir os aspectos das condições de pesca nas Flores, porque o Sr. Deputado conhece tão bem quanto eu e que são um pouco diferentes, ou até mesmo diferentes pela negativa, do que se passa em São Jorge.

Nas Flores, ainda não temos os tais barcos de 20 toneladas nem necessitamos das gruas de 20 toneladas. Esperamos que em pouco tempo essas condições existam lá. Os nosso barcos continuam a ser o pequeno barco de boca aberta, muito artesanal, mas que tem uma importância fundamental para a economia daquela ilha e das pessoas ligadas à pesca.

O problema que queria referir é que a situação não surge agora, Sr. Deputado. Esta situação arrasta-se, como o Sr. Deputado sabe, há muitos anos só que há, pelo menos no que diz respeito às Flores e penso que um pouco também em relação a São Jorge, uma situação diferente, isto é, hoje está a ser mais fácil exportar das Flores para a Terceira ou para São Miguel.

O grande problema que se põe é nas ligações da Terceira e de São Miguel para fora da Região. Aqui temos que entrar em linha de conta com as alterações nas ligações aéreas que temos.

Recentemente, a ligação aérea via São Miguel era feita pela transportadora nacional TAP. Hoje é feita pela SATA Internacional.

O número de voos provavelmente está alterado. Portanto, a disponibilidade e a capacidade provavelmente estará alterada.

Esta situação, na minha opinião, é que tem que ser devidamente analisada.

Sr. Deputado:

O problema não é só o pescador chegar com uma tonelada de peixe às Flores e dizerem-lhe que ela não pode embarcar. O problema mais grave é quando — e esta situação contaram-me e eu não pude comprová-la — o peixe é exportado das Flores, chega à Terceira e está 3 dias refrigerado à espera de transporte para Lisboa. Isto é grave!

Sr. Deputado Manuel Brasil, o problema não é ele ser desvalorizado por estar 3 dias parado, o problema é que ele tem que ir para a congelação e essa congelação é que o desvaloriza. Ele vai ser vendido congelado a um preço que é de menos de 25% do que é normalmente. Este é que é o grande problema.

No meu entender, é importante encontrar uma disponibilidade que não poderá ter em conta as necessidades exactas. Nestas coisas não pode haver capacidades para as necessidades exactas.

É fundamental que haja disponibilidade para que, em cada momento, se possa adaptar as situações que se encontram.

A realidade mostra-nos que temos tido um Inverno excepcional, dias maravilhosos de mar e estou convencido que houve aumento do pescado não por alteração das condições, porque essas, infelizmente, ainda não são aquelas que deveriam ser.

Nós acreditamos que elas estão a melhorar e que vão melhorar, mas na realidade, por circunstâncias que têm a ver com o bom tempo que temos tido, houve aumento de capturas.

Se tudo funcionar pela lógica, esse aumento de capturas continuará a verificar-se e o aumento da pesca tem que corresponder ao aumento de oferta de capacidade para exportação. Este é que é o problema fundamental a nosso ver e este é que tem que ser solucionado de imediato.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Greves:

Efectivamente, nós estamos de acordo em relação aos princípios, mas julgo que não só estamos de acordo quanto a isso, como V. Exa. disse.

Eu penso que não ressaltou minimamente da minha intervenção que o Governo Regional não está fazendo nenhum favor aos corvinos, como a ninguém dos Açores.

Aliás, todos nós estamos aqui voluntariamente porque resolvemos assumir um compromisso com os açorianos.

O Governo apenas constata que, relativamente ao tempo de actividade que tem, mostra alguma satisfação relativamente àquilo que tem feito, que lhe cumpre fazer, nomeadamente pelo Corvo.

É evidente que nem tudo está feito. V. Exa. referiu e bem a vedação da pista que está prevista no Plano e é exactamente por, nem tudo estar feito que eu posso anunciar-lhe, em primeira mão, que o partido que suporta o Governo está a pensar concorrer às eleições regionais no ano 2000.

Nem tudo está feito, nem nunca estará feito, mas é preciso continuar a fazer com a consciência de que é preciso fazer, que há muito a fazer e que o tempo urge.

Em relação aos transportes marítimos, e isto vem um pouco a "talhe de foice", porque ainda ontem a respeito de uma outra zona da nossa Região falávamos nisto, como o Sr. Deputado sabe, o Governo Regional assinou um contrato de serviço público, pagando cerca — espero que a memória não me atraíçoe — de 200 mil contos/ano, juntando um empresário tradicional nestas ligações Flores/Corvo, ou seja, o Sr. Augusto.

O facto de haver um contrato, possibilita ao Governo, como V. Exa. certamente compreenderá, que se possa exigir conforme está expressamente previsto nas cláusulas desse contrato, pode-se fiscalizar e dizer que aquilo é uma medida e não pode ser de outra maneira.

Um transporte marítimo gratuito de carga entre Flores e Corvo ou entre o exterior ou qualquer ilha para o Corvo, tem que ser gratuito. Se por ventura não for gratuito quando o deveria ser, quando está previsto e quando o Governo Regional está a pagar para isso, é necessário que o Governo Regional chegue junto dos empresários e diga: "Meu amigo o que é isto! O contrato não diz isto."

Possibilita isso, por isso existe um contrato neste momento, e permite ao Governo Regional fiscalizar o bom cumprimento da obrigação de serviço público de transporte marítimo entre as Flores e o Corvo.

Tenho a certeza que todos ganharemos muito com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Greves:

Para que não me fique pelos apartes, gostaria de dizer que a Ilha do Corvo, como já aqui disse e volto a repetir, por não ter nenhum Deputado pelo PS nesta Câmara, não tem sido a mais esquecida.

Posso dizer a V. Exa. que três deputados deste Grupo Parlamentar, em breve, lá se deslocarão, mais uma vez, estando com aquela população que sempre muito bem nos recebe.

Quando há pouco eu perguntava se faltavam produtos no Corvo, estava a referir-me àquilo que é conhecido pelo cabaz de compras. V. Exa. sabe que não faltam, porque nós estivemos lá uma semana e não faltou.

Não falta nenhum produto, porque o comércio está bem. O comércio do Corvo está dimensionado para a realidade da ilha.

Há comércio novo no Corvo. Se há comércio novo, é porque as pessoas vêm que podem correr o risco do investimento.

Se não há mais produtos à venda no Corvo, é porque os comerciantes que lá existem, sabem perfeitamente que não devem ser comercializados. Só nos resta uma coisa, Sr. Deputado João Greves:

V. Exa. o que não quer é que os produtos que são vendidos no Corvo sejam baldeados nas Flores.

Os contentores que chegam ao Pico não vêm directamente do Porto para ao Pico. Ou são baldeados na Praia, ou são baldeados em Ponta Delgada.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Deviam ser baldeados era no Faial!

O Orador: Os que vão para a Flores é a mesma coisa tal como os que vão para São Jorge.

O que é que falta?

Um bocadinho de compreensão para se perceber que o Corvo não está mal servido. O Corvo, hoje, respira de uma maneira diferente e as pessoas sentem que são tratadas de outra maneira, porque é isso que elas nos dizem mesmo sendo de qualquer um dos partidos. As pessoas dizem-nos isto na rua, no outeiro e no lugar do nosso amigo Goulart Rodrigues da Silva. Dizem-nos isso em qualquer parte.

As pessoas estão mais satisfeitas do que estavam antes. Elas são tratadas com respeito e amizade por este Governo e esse respeito é-lhes devido, não é nenhum favor.

Deputado Mark Marques (PSD): E antes não eram?!

O Orador: Eu não falei que antes não eram. Eu estou a dizer que são.

Deputado Mark Marques (PSD): Agora é que são!

O Orador: Eu não disse agora. Disse são, sentem que estão sendo tratadas agora com respeito...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas disse agora, como se antes não fossem!

O Orador: ... e amizade. Nunca houve tantos membros do Governo a passar no Corvo como agora e nunca houve tantos políticos a passar por lá como agora.

Deputado João Greves (PP): Nem agora, nem antes!

O Orador: Sr. Deputado João Greves, para mim, e o senhor sabe isso, os corvinos são tão bons ou melhores do que qualquer um dos outros açorianos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui, aparentemente, num jogo cruzado. Vamos voltar à questão das pescas e da exportação de pescado.

Sr. Deputado Manuel Brasil:

V. Exa. afirmou que, em São Jorge, a vontade de trabalhar dos pescadores aumentou. Folgo imenso com isso. Acho óptimo e é um bom sinal.

Se me permite, eu continuo a pensar que é um sinal de esperança e é um sinal que corresponde a um outro sinal, isto é, este Governo tem investido e tem apoiado a modernização da frota, tem investido e tem apoiado a recuperação dos portos de pesca e está a investir, fortemente, na construção de alguns portos de pesca.

Foram criados incentivos para que as pessoas tenham esperança. Para mim este é um dado adquirido.

Quanto ao restante, nós estamos todos de acordo. Tudo o que for para que a mais valia do pescado fique na Região, para que os nossos pescadores tirem o máximo de

rendimento da sua actividade e para que os exportadores vendam pelo melhor preço para também pagarem o melhor preço em lota, para nós está tudo bem.

Porém, o que me aflige às vezes — deixem-me que vos diga — é que da maneira como as coisas são colocadas nesta Região, desde as decisões do Supremo Tribunal Administrativo até ao buraco na calçada, é tudo culpa do Governo.

Deputado João Cunha (PSD): E antes não era!

O Orador: Acontece que as coisas não são assim.

Este problema, para o qual tem que ser encontrada uma solução, tem complexidade e, necessariamente, irá exigir uma concertação dos dois lados.

Nós não estamos a falar, por exemplo — e aí seria perfeitamente fácil resolver a questão — da exportação de queijo, porque o queijo tem um tempo de preparação e sabe-se com muita antecedência quando é que haverá queijo para exportar. Aqui pode-se fazer um escalonamento dessa exportação.

Nós estamos a falar de capturas que são perfeitamente alienatórias, que não se podem prever na véspera e nós sabemos que não são apenas os exportadores de peixe que têm carga para transportar. Felizmente, nós estamos a conseguir colocar maior número de produtos no exterior e há mais pessoas a viajar de e para a Região, basta ver os números. É preciso encontrar aqui um ponto de equilíbrio.

Provavelmente as pessoas não poderão mandar o peixe todo num dia, talvez tenham que mandar dia sim, dia não e se calhar há dias preferenciais.

Certamente que o novo avião, o A310, que a SATA terá ao seu serviço dentro de algum tempo, dará resposta, pelo menos é a indicação que tenho do conselho de administração da transportadora regional. Eu acho que sim.

A SATA Internacional tem, neste caso, um papel fundamental, porque no caso das Flores — é o caso que falo com maior conhecimento — dado que temos duas vezes por semana ligações directas a São Miguel, é natural que nesses dias tenhamos a possibilidade, haja um bloqueio de carga, uma reserva de disponibilidade para que nós, preferencialmente possamos colocar o nosso produto no exterior. Isto significa que em 24 horas, o produto pode sair das Flores estar no mercado.

Obviamente que nós também comungamos destas preocupações e temos trabalhado nesta matéria.

Nós temos esperança que, a breve trecho, quando as capturas aumentarem em flecha que a questão esteja, se não totalmente resolvida, pelo menos bastante minimizada, mas tudo tem dois lados nesta vida.

Não vamos culpar o Governo, até porque estamos aqui a falar de relações entre privados, de haver um buraco na calçada e exigir que volte lá outra vez.

Se há 20 anos era assim, se há 20 anos o Governo de então é que tinha culpa dos buracos da calçada, se calhar até era, mas isso eu não posso responder.

Obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Pergunte aos Srs. Deputados da sua bancada que estavam na anterior legislatura.

Faça trabalho de casa e leia os diários das sessões!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esta história está chegando ao fim.

Não é com os portos de pesca que o Governo está a criar, nomeadamente em São Jorge, que os pescadores daquela ilha vão ver o seu problema resolvido. Espero que no futuro ele os crie para eles o poderem resolver.

No entanto, eu julgo que é útil e necessário esclarecer esta Câmara que São Jorge, neste momento, como há pouco deu a entender o Sr. Deputado Paulo Valadão, está penalizado duas vezes. No caso das Flores, por exemplo, ela já não está.

São Jorge está penalizado nos ATP's que muitas vezes quando passam por lá, com os novos itinerários, ou vêm de São Miguel ou da Terceira trazendo já a capacidade de carga muitas vezes quase esgotada e não há possibilidade do peixe sair nesses voos.

Acontece que o peixe quando chega à Terceira ou a São Miguel encontra os mesmos problemas que o peixe que vem das Flores. É isto que temos que compreender e é isto que tem que ser resolvido em relação a São Jorge.

Os exportadores, muitas vezes, até fazem o jogo do gato e do rato, para verem quem é que consegue fazer sair primeiro o seu peixe, porque estão sujeitos a chegarem ao aeroporto e não haver capacidade de carga para o poderem exportar.

Para além de não terem capacidade de saída da ilha, ainda têm que se confrontar com o problema de chegar a São Miguel ou à Terceira e terem que aguardar lá para o voo seguinte. Este é um problema grave que esta Câmara tem que ter em atenção e este Governo tem que resolver.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Apenas uma breve palavra.

O Sr. Secretário refere que os transportes são de graça entre as Flores e o Corvo.

Sr. Secretário:

O que mais faltava era a carga do Corvo ir para as Flores e os corvinos ainda terem que pagar o transportes da carga das Flores para ao Corvo! Era o que mais faltava!

Isto exige esforço. Mas por que é que esse esforço não entra na origem e vai directamente para o destino?

Tudo isto implica custos.

Quanto ao meu colega e ilustre Deputado Rui Pedro Ávila, gostaria de dizer que esse grande elogio que faz aos corvinos, naturalmente que algum é para mim.

Com respeito às faltas, faltar ou não faltar, não é bem isso que está em jogo, Sr. Deputado.

Quando o senhor diz que eu talvez não quero que os contentores do Corvo passem pelas Flores, se calhar é pela mesma razão que o senhor não queria que os contentores do Pico viessem para o Faial.

Eu acho que neste campo estamos mais ou menos entendidos, temos mais ou menos a mesma opinião. Não nos vamos alongar muito, porque já fui muito solicitado e os outros Srs. Deputados também têm direito a intervir neste debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois deste fecho do Deputado João Greves, eu bem podia ficar calado, mas porque além das respostas concretas que o Governo Regional e os Deputados do Partido Socialista deram às questões colocadas pelo Deputado João Greves, num caso ou

noutro, houve aqui abordagens que julgo que são um pouco mais genéricas e têm a ver com a inserção na Ilha do Corvo e a posição do Governo relativamente àquela ilha.

Sobre isso gostaria de dizer que temos perfeita consciência de que a Ilha do Corvo, nesta legislatura, tem tido uma projecção que eu diria até anormal. Temos perfeita consciência disso.

Gostaria de constatar, perante todos, que ao longo destes 23 ou 24 anos de Autonomia Regional, nunca como agora, os problemas do Corvo têm estado na agenda regional.

Pela nossa parte, Grupo Parlamentar do Partido Popular que tem a honra de ter eleito um deputado pela Ilha do Corvo, como compreendem, é com redobrada satisfação que constatamos, como bem disse o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, que quando se vai ao Corvo não é difícil verificar que as pessoas estão satisfeitas pela forma como os problemas do Corvo estão a ser tratados ao nível dos órgãos de Governo próprio, nomeadamente nesta Casa, ou seja, a Casa que representa todas as ilhas.

O Partido Popular, eu próprio e o nosso Grupo Parlamentar viemos do Corvo este fim-de-semana e registámos também esse carinho com que os corvinos, cada vez mais, acompanham e seguem os trabalhos desta Assembleia e é isso que nos cumpre aqui registar.

Na sequência da abordagem que o Sr. Secretário Regional Adjunto aqui fez, gostaria de dizer que o facto de se ter investido como nunca no Corvo, nesta Legislatura, deve ser aqui realçado.

O Partido Popular, neste capítulo, tem uma situação da qual nos honramos, ou seja, assumimos na altura própria — talvez é difícil — o difícil encargo de condicionar a posição do Partido Popular, em matérias tão importantes para a Região como o Plano e o Orçamento para 97, a um conjunto de projectos entre os quais o projecto da ampliação do porto da Ilha do Corvo. Foi uma responsabilidade política e consciente que nós aqui assumimos.

É nessa sequência que temos que reconhecer que o facto de se ter investido 6 ou 7 centenas de milhares de contos na Ilha do Corvo, executado por este Governo, resulta

duma condicionante que o nosso Grupo Parlamentar introduziu e que foi apoiada, posteriormente, por esta Assembleia.

Como é sabido, não fazia parte dos Planos do VII Governo Regional fazer a ampliação do Porto da Casa, na Ilha do Corvo.

Por conseguinte, o Governo executou e executou bem, por decisão desta Assembleia, na sequência de uma "imposição" que o Grupo Parlamentar do Partido Popular fez para aprovar documentos essenciais para esta Região. Não há que pôr nem que tirar. A história é assim e os factos são estes. Felizmente estão aqui dentro aqueles que protagonizaram esses factos.

Com isto, gostaria de adiantar três ou quatro observações, em resultado da visita oficial do Grupo Parlamentar do Partido Popular, que importa que este Governo, uma vez que é ele que executa, dê, com a maior brevidade, atenção e solução. Todas elas já foram aqui colocadas mas cabe-me a mim, hoje, a honrosa missão de as lembrar.

A primeira, porque é a fundamental, prende-se com a situação dramática que se vive, na Ilha do Corvo, relativamente ao abastecimento de água.

A meados de Maio, a população do Corvo tem água da parte da manhã, mais precisamente até meio da manhã, retoma o abastecimento de água às 7 horas da tarde para fechar às nove.

Assisti a que os nossos lavradores estivessem sentados à espera da água chegar. A chegada da água às 7 horas é notícia que corre célere, porque as pessoas aguardam esse momento para se poderem lavar.

A situação, num encontro que tivemos com a Câmara Municipal do Corvo, não possibilita à Câmara, segundo os gestores, mais abertura do que a que está operando.

O Governo já se comprometeu, perante esta Casa e perante a opinião pública dos Açores, em conjunto com a Câmara Municipal, encontrar as soluções.

Sr. Secretário Regional:

Quaisquer estudos hidrológicos, como é do vosso conhecimento, exigem, no mínimo, dois ou três anos para terem um suporte técnico aceitável.

Sou um leigo. Estivemos lá como políticos e é como políticos que somos aqui porta-voz daquelas populações.

A situação não se comporta com uma delonga de médio prazo.

É indispensável o Governo e a Câmara Municipal, em conjunto, começarem a encontrar solução. Mesmo que não se possa ir de imediato para as soluções definitivas, e algumas delas receio que ultrapassem verbas que não estavam nos nossos horizontes, mas há, segundo o que foi dito, possibilidade de ainda, sem gastos extraordinários, se conseguir uma melhor captação das pontes na Ilha do Corvo.

Seja como for — não devo entrar nesses pormenores técnicos — politicamente, o apelo que o Grupo Parlamentar do Partido Popular faz ao Governo Regional, é que seja dada primeira prioridade a essa matéria, para que as pessoas sintam que se está fazendo tudo o que é possível. Eu não duvido que se queira fazer tudo o que é possível, mas é preciso dar essa confiança às próprias populações, porque uma população bem informada pode ser meio caminho para as pessoas enfrentarem, com maior tranquilidade, este gravíssimo problema. É este o apelo que deixo para que se dê algum passo nesse sentido.

Uma segunda questão que também preocupa todos os que lá vão de visita é a questão ambiental que envolve a Lagoa da Caldeira, na Ilha do Corvo.

Todos ouvimos as preocupações e até mesmo as que resultam do conhecimento empírico dos corvinos e dos seus representantes, aos vários níveis, incluindo o autarca.

Apontam-se soluções para impedir que o musgão entre na Lagoa. Eu não sei se é a melhor solução ou a pior, mas estamos aqui numa situação semelhante ao que se passa na Caldeira de Santo Cristo.

O que não podemos é ficar impávidos perante as opiniões dos académicos e dos cientistas que muitas vezes não chegam, ou se chegam não são tão clarividentes como seria de desejar, e a inoperância permite que as coisas se mantenham e se agravem.

O outro apelo é para que o Governo Regional ganhe coragem com o suporte técnico que for possível e se ele não existe em melhor fundamentação do que aquela que já temos, temos que arriscar.

Se os corvinos estão dispostos a arriscar, por que é que o Governo não acompanha a autarquia e o povo do Corvo no sentido de se pôr termo àquela infiltração permanente de musgão na Caldeira do Corvo?

Uma outra questão, Sr. Secretário Regional, que queria colocar, tem a ver com a obra da cooperativa do Corvo.

É com grande satisfação que nós aguardamos o avanço daquele projecto, até mesmo para vermos se temos possibilidade de comer algum queijo do Corvo, fora daquela ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo do decurso do investimento que está a ser feito, o que me foi dado a saber e a este Grupo Parlamentar, foi que não entrou ainda um escudo naquela obra que não fosse financiado pela Câmara Municipal do Corvo. A Câmara Municipal do Corvo, segundo nos informou, tem feito, inclusivamente, adiantamentos para que a obra não pare.

Srs. Secretários Regionais:

A confirmar-se essa situação, é indispensável desbloquear no IFADAP ou onde for, para que aquela obra avance sem a dependência do fundo de maneiço que está a ser introduzida pela Câmara Municipal do Corvo.

Finalmente, uma matéria que não é novidade, mas que eu quero aqui, com a moralidade de quem não é corvino, trazer aqui e secundar o que o meu colega João Greves e o Sr. Deputado do Corvo, José Manuel, noutras ocasiões aqui têm referido, ou seja, a questão do dentista.

Não se compreende, depois da Câmara Municipal do Corvo ter investido num equipamento que julgo que custou 7 mil contos, que neste momento, por aquilo que me foi dado saber, ele esteja inoperante.

Entre a viagem de um dentista ou de um médico e a viagem seguinte, o equipamento degrada-se.

Por aquilo que eu me apercebi no Corvo, as carências são muitas. Tive a sorte de, talvez histórica, enquanto estava no Corvo, o Sr. Presidente da Câmara teve que tirar um dos seus próprios dentes. Eu tenho esse registo para a minha história, ou seja, o Sr. Presidente da Câmara teve a coragem de pegar num alicate e resolver um problema pessoal.

(Risos da Câmara)

Não me parece que os corvinos estejam satisfeitos com a frequência do médico dentista à Ilha do Corvo.

Fico muito preocupado quando sei que os últimos que lá foram juraram que não voltavam, porque não encontraram bom ambiente no Centro de Saúde do Corvo.

Eu não me meto em guerras de médicos, mas se os que lá vão não encontram condições para lá voltar, talvez seja bom apurar onde é que está o foco que gera a insatisfação.

É um outro desafio que deixo ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para, reconhecendo que é problema menor, fazer alguma avaliação do ambiente que se passa no Centro de Saúde do Corvo.

Porque não sou corvino, embora esteja sujeito quando lá vou a ter que ser internado no Centro de Saúde, estou mais à vontade para pôr aqui o problema por me parecer não existir um bom ambiente entre a população e o Centro de Saúde.

Eu compreendo que o facto do Centro de Saúde ter como técnicos marido e mulher, por um lado devia facilitar a situação dos utentes. O facto do médico dormir com a enfermeira e a enfermeira dormir com o médico, devia facilitar a vida às pessoas, mas julgo que dificulta.

Esta preocupação também gostaria de a deixar aqui.

Os profissionais do Centro de Saúde não vão a casa de um doente que é cardíaco e diabético, o doente alega que não pode sair de casa e os profissionais de saúde, que não devem ter muito que fazer, negam-se a ir a casa do doente. Eu sei que esses problemas não podem passar deste ambiente, porque ninguém pode discutir com um profissional de saúde se ele deve ir ou não a casa do doente, porque até é fácil o profissional de saúde dizer que não vai a casa do doente para obrigar a que ele vá ao Centro de Saúde. É um acto médico dizer: "não vou a casa do doente".

Ninguém se meta com um médico nem com outras classes profissionais, que não interessam agora.

Uma coisa é certa: numa comunidade pequena como aquela, em que há dois profissionais para atender aquelas pessoas, custou-me, pessoalmente, constatar que, de facto, não há essa disponibilidade e esse entrosamento que deveria existir.

Em resultado de situações desagradáveis, no avião que me trouxe do Corvo, vinha uma senhora que por problemas no hospital caíu no exterior deste e veio ser tratada para aqui por uma razão grave de uma queda que resultou de um conflito dentro do hospital.

Queria deixar essa nota aqui e dizer que se fosse possível levar o médico dentista ao Corvo com mais frequência, era mais uma medida que ia agradar aos nossos irmãos da Ilha do Corvo, porque quando uma câmara municipal faz aquele esforço, na minha opinião, deve ser correspondida.

Que eu saiba, não vão faltar na Região, médicos dentistas que se disponibilizem a ir à Ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Ouvi com muita atenção grande parte da sua intervenção e, infelizmente, relativamente à primeira parte tive que me ausentar da Sala por algum tempo, mas creio que percebi o sentido dela. Se porventura isso não aconteceu, eu tenho a certeza que V. Exa. me corrigirá.

Eu começaria pela segunda parte, relativamente a algumas das questões concretas que o senhor aqui levantou, sem prejuízo dos meus colegas, quer da Agricultura, Pescas e Ambiente, quer da Educação e Assuntos Sociais, nos temas relativos às suas tutelas, poderem esclarecê-lo a seguir.

Eu gostaria de começar pelo problema da água.

Como já tive oportunidade de esclarecer este plenário, na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado João Greves, tive o prazer de receber o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo que me entregou um esboço do projecto, em termos rigorosos, que dava para perceber qual a ideia, a solução que, grosso modo, se apontava para o problema da falta de água no Corvo como candidatura aos fundos comunitários.

Aquando da visita do Governo Regional à Ilha do Corvo, nós tivemos oportunidade de explicar ao Sr. Presidente e a outros membros da Câmara qual era a posição do Governo Regional.

Eu também sou um leigo na matéria, mas a solução apontada nesse esboço de projecto e que, grosso modo, passava pela construção de um reservatório, no entendimento de alguns técnico, nomeadamente do Sr. Director Regional de Obras Públicas — não pela ocupação desse cargo, mas por toda uma vida profissional é entendido na matéria — não é a melhor solução, não só por levantar problemas ambientais como problemas de rentabilidade e, nomeadamente de custo.

No entanto, o Governo Regional, apesar da Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo ter, neste momento, esgotado o seu plafond de candidaturas ao PEDRAA II, disponibilizou-se e disse ao Sr. Presidente que o Governo Regional receberia parte do seu plafond e financiaria imediatamente extra-plafond, a apresentação de um projecto verdadeiro para resolver esse problema. Isso está no comunicado do Conselho de Governo na Ilha do Corvo e obviamente que isso se mantém de pé.

É evidente que até lá, e em termos provisórios, o Governo Regional tem consciência de que a situação é preocupante, tem a sua gravidade e também em termos provisórios e de alguma urgência, estamos dispostos a colaborar com a Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo.

Até este momento, relativamente a esta matéria, ainda não recebemos o respectivo reporte da Câmara Municipal.

No que se refere à primeira parte da sua intervenção, que não ouvi na íntegra conforme já disse, eu registo com algum agrado o tom equilibrado e moderado com que ela foi feita, ou seja, com coerência e com verdade.

De qualquer maneira, não resisto — e V. Exa. por certo compreenderá — a dizer-lhe o seguinte e com alguma ironia:

A posição do Partido Popular, no que respeita ao Corvo e na maneira como vê o Governo, faz-me lembrar o título daquele filme clássico e muito conhecido que é "O carteiro toca sempre duas vezes".

No que diz respeito ao Corvo, o Partido Popular não deixa de elogiar o Governo e não deixa de querer ter parte e corresponsabilidade naquilo que de bom o Governo tem feito.

Infelizmente, noutras matérias e na política geral, não é essa a opinião do Partido Popular.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas alguns esclarecimentos.

No que diz respeito à questão do dentista, foi compromisso do Governo Regional que com periodicidade aproximada de 6 meses passaria por lá um profissional nessa área. Isto está em realização e estamos a envidar todos os esforços para que assim seja. Não digo que seja exactamente de 6 em 6 meses, mas uma vez por semestre isso acontecerá.

Até ao momento, creio que já foi lá 2 ou 3 vezes e a 4.^a vez será brevemente. Em relação às outras questões que levantou, tomei boa nota delas e obviamente que será uma matéria para aqui ser discutida e terei isso em conta.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela questão que foi aqui levantada, no que respeita ao financiamento do projecto da Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Corvo.

A questão levantada nesta Casa não foi aquando da visita do Governo àquela Ilha, nem sequer pelo Sr. Presidente da Câmara, inclusivamente durante a visita que se fez às instalações.

Quando foi questionado sobre o atraso das obras, o Sr. Presidente da Câmara, na altura, disse que era uma questão do construtor que não tinha tido disponibilidade, porque a obra, em princípio já devia estar acabada.

No que respeita aos mecanismos de recepção de verbas, dado que neste caso se verifica cobertura financeira total, apenas podem ser pagas verbas quando são apresentados comprovativos de despesa.

Eu não sei, porque não tenho presente neste momento, se neste caso foram pedidos adiantamentos, porque na lei está prevista a possibilidade de pedir adiantamentos para a execução de determinados projectos ou se foram apresentados comprovativos de despesa que permitam fazer o pagamento. Estas são as situações em que poderão fazer.

Se os promotores, neste caso, não fizeram, não apresentaram, não poderão receber; se os apresentaram têm o direito, como é evidente, de os receber.

No que respeita à questão da água na Ilha do Corvo, eu quero aguardar, até porque o caso foi discutido em reunião da Câmara Municipal, em presença dos vereadores e em reunião aberta onde houve uma tentativa de aconselhamento técnico com respeito a soluções alternativas.

Como é evidente, todos percebemos que não havendo projecto, neste momento, havendo apenas um esboço de algo que não é projecto, não é possível, em tempo útil, não só fazer a candidatura como também executar o projecto, de modo a resolver o problema.

Foram de certa forma aconselhados por técnicos — técnicos estes com anos de experiência nesta área — ao nível da gestão do sistema de abastecimento de água, conselhos estes que permitiriam de certa forma equilibrar algum do déficite que existe.

Compete também à Câmara Municipal do Corvo, adoptar ou não, esses conselhos, porque há formas de os resolver. Coisas, aliás, muito simples, pois todos nós sabemos como se poupa água.

Por exemplo, quando há autoclismos de uma determinada dimensão e em cada descarga vão, não sei quantos litros de água, provavelmente se reduzirem a descarga está-se a poupar água.

São coisas que se resolvem e que não custam dinheiro.

Quando falamos num autoclismo é um acto simples, mas no acto de abrir o autoclismo são dezenas de litros de água que vão por ali fora.

Por outro lado, há que reduzir, nalguns casos, a pressão para permitir também que o tipo de alimentação seja feito de outra forma.

Há medidas de gestão práticas, simples, que são possíveis de tomar, sem estar a "cortar" a água ou a reduzir os períodos de consumo.

Essas podem ser adoptadas no curto prazo e compete a quem gere o sistema de abastecimento tomá-las de imediato.

Muito obrigado.

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ressoam ainda, por todo o País, os ecos da comemoração cívica e festiva do 25 de Abril, como data que, mais do que qualquer outra, tem muito que ver com a Liberdade.

Foi uma festa, há 25 anos. E, como escreveu alguém: "Muitas coisas se passaram desde então. Uma recordação, porém, não sairá nunca da memória de quem viveu esse dia: o Povo na rua, ajudando à queda da ditadura; o entusiasmo popular, festejando, depois, essa vitória.

"O cravo ao peito. O café para os soldados e o pão com queijo. Mulheres do Povo que não dormiam, numa roda-viva. As lágrimas com que se cantava e dançava por esse Portugal fora. O "25 de Abril" foi uma festa".

Foi, sobretudo, um belo momento histórico, comparado por Manuel Alegre à grande revolução popular de 1385, em que foi aclamado o Mestre de Aviz.

Adormecidos, por muitos anos, à sombra de um patrioteirismo bacoco, que nos isolava do mundo e nos mantinha enfeitados com as flores mortais do sub-desenvolvimento e da apatia quanto ao futuro, de súbito, ao escutarmos os acordes e a letra do hino, percorreu-nos um frémito de orgulho pelo reencontro connosco

próprios e com a nossa condição de portugueses vinda do fundo dos séculos: "Levantai hoje, de novo, o esplendor de Portugal".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É verdade: "muitas coisas se passaram desde então".

Os filhos pequenos cresceram e já são homens e mulheres. Para muitos de nós, foram substituídos pelos netos. Os nossos cabelos embranqueceram ou caíram. Muitos familiares, companheiros e amigos queridos partiram para sempre da nossa vista.

Portugal já não é o mesmo. Por obra e graça da nossa geração, passou da ditadura para a democracia. Os Açores já não são três distritos estanques e incomunicáveis. O poder local é uma realidade.

Deixamos de estar isolados do mundo. Hoje fazemos parte de todos os areópagos relevantes e a nossa palavra tem o peso específico de uma cultura antiga e de uma história multissecular marcada pelo universalismo e pelo encontro de civilizações de todo o globo terrestre.

Contudo, como escreve António Barreto: "Ao tornarmo-nos um país como os outros, ficámos com os problemas de todos, mas não adquirimos, por golpe de mágica, os seus meios para os resolver. Ainda por cima, em sociedade aberta, as fraquezas são mais visíveis".

Permanecem e purgam, na sociedade portuguesa, as chagas próprias de uma civilização que teima em não chegar a todos por igual: a falta de habitação condigna, de trabalho certo, de educação eficaz, de cultura solidária e, enfim, desse arrimo seguro de todas as democracias que é a participação livre e interessada de cada um na procura de um destino feliz para todos.

É certo que chegaremos lá. Para que o 25 de Abril, sendo um momento de alegria, não nos lembre, também, em cada ano que passa, o Portugal por cumprir.

Falar das injustiças e da paz pode ser um belo programa de vida individual e um modo consequente de afirmação da cidadania de que agora, felizmente, tanto se fala.

Mas é, sem dúvida, por razões acrescidas, um objectivo luminoso para as instituições democráticas, como esta a que temos a honra de pertencer.

Assim, este 25.º aniversário do 25 de Abril só pode ser comemorado sob o signo da esperança e como um desafio que se nos apresenta para a alvorada do novo século, já bastante próxima.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e dos Deputados Manuel Azevedo, Sidónio Bettencourt e José Francisco Fernandes)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Estamos prestes a virar uma página, da nossa história aquando da resolução do caso de Timor, no próximo dia 08 de Agosto.

Em Timor desembarcámos, em fase da nossa expansão, no 1º quartel do Séc. XVI e aí instalámos entreposto comercial, ao mesmo tempo que missionários dominicanos se encarregaram da expansão da Fé e do Humanismo Cristão, em Timor Leste. Aí encontramos um povo animista que a pouco e pouco viu, na Religião Católica, o baluarte da defesa dos valores da liberdade, da tolerância e da fraternidade.

O Povo Mauber cedo se acostumou a respeitar a nossa presença em Timor, onde a par da Administração gentífica, que sempre respeitámos, implementámos a administração ultramarina comum a todas as parcelas das ex-colónias.

Foi com a Revolução de Abril, que, o Povo de Timor, tomou consciência do seu direito à autodeterminação. Todavia, a imprudente descolonização que ocorreu, mergulhou aquele território numa sangrenta guerra fratricida que eclodiu a 11 de Agosto de 1975.

Em 07 de Dezembro de 1975, deu-se a invasão maciça das tropas indonésias, precedida de ataques militares na fronteira a partir de 16 de Outubro.

Em todo este processo decididamente o Governo Português de então não esteve à altura das nossas responsabilidades históricas, morais e políticas para com Timor.

São erros que a história há-de julgar e que custaram a vida a cerca de 200 mil timorenses.

A Indonésia tudo fez para silenciar a voz da Resistência Timorense, mas não o conseguiu, apesar da brutalidade das acções militares contra a Resistência armada e a população civil. Os guerrilheiros fugiram para as montanhas e daí flagelaram as colunas militares Indonésias.

O Povo, dum modo geral deu amostras de apoiar a guerrilha, fornecendo alimento e informações.

Os anos mais violentos e de maiores atrocidades foram os que ocorreram entre 1976 e 1981. Toda a espécie de brutalidade e horrores foi exercida sobre o Povo Timorense pelos invasores num inqualificável genocídio.

Portugal nunca aceitou a integração de Timor na Indonésia e através da diplomacia junto das organizações internacionais (ONU, UE) jamais deixou esquecer o dossier Timor.

A guerrilha interna no território, a denúncia dos massacres das organizações timorenses no exterior e a voz da Igreja Timorense, sustentaram o não esquecimento do caso de Timor, internacionalizando.

O Prémio Nobel da Paz atribuído a D. Ximenes Belo e Ramos Horta foi um rude golpe para a Indonésia que viu apertado o cerco internacional ao seu desprestígio.

Não podemos deixar de lembrar a acção, a todos os títulos meritória, de grandes nomes Açorianos ligados à Igreja e que, em Timor, descreveram páginas heróicas. Sacerdotes simples e abnegados aí dedicaram parte das suas vidas não só à divulgação da mensagem e dos valores de fé Cristã, mas também desenvolveram uma notável acção no ensino da língua e da cultura portuguesa.

É de toda a justiça lembrar, nesta Assembleia, os nomes de D. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Timor cognominado cidadão de Timor, natural do Pico e de muitos outros sacerdotes oriundos das nossas Ilhas.

Foram todos eles construtores da paz e harmonia entre a etnia Lusitana e Timorense e ao mesmo tempo defensores e difusores dos valores que informam a civilização ocidental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Acordo entre a Indonésia e Portugal infelizmente não garante o ambiente de paz na terra mártir de Timor necessário à ocorrência de eleições livres e democráticas.

A responsabilidade da manutenção de paz e esperança em Timor-Leste entregue às forças militares e policiais indonésias, perante o processo de consulta popular, constitui uma solução cuja eficácia é mais do que duvidosa. E os resultados estão à vista pelos noticiários que nos chegam.

De resto, a tardia libertação de Xanana Gusmão não é bom indício.

Seja como for, fazemos, no entanto, votos para que o povo de Timor, apesar de tudo, encontre a paz e a serenidade de que tanto precisa para encetar o caminho que melhor sirva a sua existência como povo soberano, senhor do seu destino, por forma a atingir o progresso que bem merece.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Afinal quem falta à verdade sobre os actuais problemas que vive a Agricultura dos Açores?

Deve haver engano... deve haver alguma confusão... desminto categoricamente... não estão bem informados.

São estas as referências do Secretário da Agricultura aos problemas que os agricultores e as suas organizações constataam no dia a dia e na sua relação com o Governo Regional.

Como é possível tanta falta de ética, tanta ausência de credibilidade, tanta desatenção e ao mesmo tempo tanta arrogância, tanta disponibilidade para desinformar e enganar toda a sociedade açoriana?

Felizmente os visados, aqueles que sentem na pele as consequências de tanta incompetência, sabem a verdade, porque com ela convivem a toda a hora.

O tempo encarrega-se de revelar a verdade.

Foi assim que se passou com as questões europeias, com a reforma da PAC e do POSEIMA.

Bastou que uma comissão desta Assembleia se deslocasse a Bruxelas, em visita às instituições comunitárias para que logo se percebesse que a Região nada negociou, que Portugal preferiu dar prioridade aos problemas agrícolas do Continente e que a ultraperiferia, estatuto tão reclamado e já obtido, viesse a ficar na gaveta.

Perdeu-se a oportunidade única para ver materializado o reconhecimento do estatuto de ultraperiferia nas orientações da Agenda 2000.

Agora já se diz, porque nada se fez sobre isso, que o POSEIMA será revisto durante o final deste ano, para ser negociado no primeiro semestre do ano 2000, aquando da presidência portuguesa da União Europeia.

Afinal, tínhamos razão. O Governo Regional, ao contrário do que disse nesta Casa, não negociou nenhuma revisão do POSEIMA.

Afinal, as organizações de agricultores não foram ouvidas sobre as posições da Região nas negociações da reforma da PAC e revisão do POSEIMA.

Afinal, os Açores não ganharam nada além do que aos outros foi destinado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vamos, porque estamos aqui para defender os Açores, continuar a lutar pelo reforço do POSEIMA, pelo respeito na auscultação dos parceiros sociais, como agora parece ser imprescindível.

Com a inclusão dos vários programas de apoio ao investimento e modernização da Agricultura, para caminhos, água, florestação, electrificação, agro-indústrias, sanidade, agro-ambientais, reforma antecipada, comercialização, etc., num só programa, o do Desenvolvimento Rural, colocam-se novos desafios a que os parceiros sociais devem ser ouvidos para que se definam as despesas e os critérios elegíveis para cada sub-sector da Agricultura e do desenvolvimento rural.

Não há, infelizmente, para isso, muito tempo.

Veremos até que ponto este Governo respeita os agricultores e as suas organizações.

Nos recentes contactos efectuados por responsáveis do PSD, designadamente pelo Deputado ao Parlamento Europeu Dr. Arlindo Cunha, junto das organizações de agricultores, confirmamos o que já sabíamos, que a preocupação alastra face à ausência de diálogo sincero, da informação verdadeira e da incapacidade de apoiar os investimentos na Agricultura.

Na verdade não foi o Dr. Arlindo Cunha que inventou os problemas e os números denunciados pelas Associações e Cooperativas Agrícolas.

Apenas constatou a ineficácia das orientações da política agrícola regional bem como da tão apregoada relação de entendimento do Governo da República com o Governo Regional.

O espanto decorre do que acontece quando um Governo que prometeu afectar o dobro das verbas para o sector agrícola, que assumiu cumprir com o pagamento rápido dos apoios e aumentar a capacidade de investimento no sector e em nada faz cumprir as suas promessas.

O que é certo é que não consegue pôr em dia o atraso dos projectos, não dialoga com as organizações, não resolve o problema da falta de quota leiteira, não tem uma linha directriz.

Quando os representantes dos agricultores colocam acima de quaisquer interesses pessoais os interesses da agricultura e dos seus associados, merecem o nosso respeito.

A verdade não se esconde.

Não há intimidação que supere a realidade.

Ninguém inventa realidades, estas constata-se.

Para esta realidade assistimos, em directo, aos comentários do Secretário Regional às peças jornalísticas que traduzem a vivência do cidadão.

Estranhámos que se aproveite o Secretário da Agricultura para brincar num verdadeiro "jogo de palavras" sobre o que aflige os agricultores, as associações e as cooperativas agrícolas.

Não bastariam só os atrasos na aprovação dos projectos em causa como também se cancela a entrada de projectos da lavoura a partir de 22 de Abril passado.

De facto, não se trata de um despacho do Secretário Regional, mas sim da Portaria nº 18/99, de 22 de Abril que, ao revogar a Portaria nº 15/95, de 6 de Abril, cancela a entrada de projectos de apoio às explorações agro-pecuárias.

E então em que ficamos?!

É ou não verdade que os agricultores já não podem apresentar as suas candidaturas para a modernização das suas explorações?

Claro que sim. O Secretário da Agricultura voltou a enganar os açorianos que tiveram oportunidade de o ouvir

Nenhum outro sector económico vê os seus investimentos impedidos de serem apoiados em 1999.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O sector agrícola está a ser envergonhado pelas atitudes dos responsáveis políticos governamentais.

Infelizmente está a acontecer o que todos previam. É mau para todos.

Infelizmente também mau para os agricultores dos Açores.

Tenho dito.

Deputados Eugénio Leal e Duarte Freitas (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas duas ou três considerações relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Almeida.

Em primeiro lugar, a questão de repudiar um tipo de discurso que já farta e que já cansa.

A questão da arrogância é devolvida.

Quanto à questão da incapacidade, da incompetência, do querer enganar, Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que os problemas dos açorianos não se resolvem dessa forma ou tentando discutir as questões dessa forma.

O discurso da sua parte, da vossa parte, terá, necessariamente, que mudar...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Ah! Da nossa parte é que tem que mudar, da vossa não!

O Orador: ... a não ser que já tenham chegado ao ponto de tal desespero que já fazem processos de intenções ao Governo, que dizem que o Governo está aqui numa

atitude de perfídia, querendo enganar todos os açorianos. Aqui, Sr. Deputado, a minha posição e creio que é a posição desta bancada, é de maior e mais veemente repúdio.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Deputado não tem o direito de acusar,...

Deputados João Cunha e José Maria Bairos (PSD): Não. Tem o dever!

O Orador: ... ou melhor, o Sr. não tem o direito de insinuar...

Deputada Ana Carolina (PSD): Então, e a liberdade da nova Autonomia?!

O Orador: ... desta forma, a postura com que este Governo tem encarado os problemas dos açorianos, nomeadamente os problemas dos agricultores.

Os senhores decidam-se: ou acusem este Governo de dialogar demais, ou acusem o Governo de não dialogar. Em que é que ficamos?

Deputado João Cunha (PSD): Não é de dialogar é de enganar!

O Orador: Eu gostaria, relativamente à sua intervenção, de pedir um esclarecimento. O senhor falou aí que não há intimidação que supere a realidade. Refere-se a quê, Sr. Deputado? Concretamente, quem, como foi intimidado e em que circunstâncias? Concretize, por favor.

Por outro lado, não posso de forma alguma concordar que os açorianos, nomeadamente os agricultores, se sintam decepcionados com as atitudes deste Governo, se sintam decepcionado com os investimentos e com as acções que este Governo tomou ou promoveu.

Não creio que os agricultores se sintam, por exemplo os de São Miguel, decepcionados com o investimento que está em fase de conclusão da Fábrica da UNILEITE.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não creio que os agricultores e os açorianos se sintam enganados com a questão do matadouro de São Miguel.

Se o Sr. Deputado quiser discutir a questão da Fábrica da UNILEITE, que parece que suscita alguns problemas ou reparos da parte da vossa bancada...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Inúmeros problemas!

O Orador: ... vamos discutir. Vamos discutir, de todas as entidades oficiais envolvidas neste projecto, quem é que tem e quem é que não tem cumprido com as suas obrigações; quem é que tem e quem é que não tem facilitado aquele investimento.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Encontro com o Comissário Europeu Franz Fischler. Cito:

"A finalizar o Sr. Comissário referiu que a reforma do sector do leite deverá começar em 2006 prevendo-se que esteja concluída em 2008, o que significa que as quotas leiteiras continuarão a existir até a esta data." — transcrição do relatório da Comissão de Economia, coincidente com as declarações, nesta Casa, do Secretário Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente. Há estabilidade no que se refere às quotas leiteiras. Coincidente também no que respeita às declarações do Secretário Regional de Agricultura e Pescas que resultaram do encontro com o Presidente do Grupo Interserviços que "informou ainda a Comissão de que o relatório global sobre o Programa POSEIMA estava praticamente concluído aguardando a tomada de posse da nova Comissão o que deverá acontecer lá para Agosto ou Setembro do decorrente ano".

Reunião da Comissão de Economia e Finanças com a Comissária Wulf Mathies.

"Ficaram os Deputados Regionais também a saber que na sessão seguinte do Parlamento Europeu serão aprovados os Regulamentos, de modo a que os países-membros possam apresentar os seus Planos de Desenvolvimento e respectivos programas operacionais. Além disso, a DG XVI realizará em Setembro, nos Açores, um seminário com vista a avaliar os projectos existentes e a discutir sugestões sobre futuros projectos".

Transcrição da reunião dos Srs. Deputados da Comissão de economia com o Sr. Embaixador e com os funcionários da representação permanente de Portugal em Bruxelas:

"— Que a revisão do POSEIMA Agricultura, tem sido um longo processo negocial, que se tem vindo a arrastar ao longo dos anos, constatando-se alguma falta de vontade política por parte da DG XVI".

Encontro da Comissão de Economia com as delegações dos Partidos Socialista, Social Democrata e Popular no Parlamento Europeu:

"Foi referido que a Cimeira de Berlim resultou numa vitória Portuguesa.

Foi também salientado que Portugal vai receber uma verba muito significativa para os 7 anos do próximo Quadro Comunitário. Esta verba será distribuída sem incluir a região de Lisboa e Vale do Tejo, o que poderá beneficiar significativamente os Açores."

O relatório do qual eu fiz citações foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Economia desta Assembleia.

Eu penso que estas citações confirmam, nas palavras dos próprios deputados que o aprovaram, numa comissão da qual o Sr. Deputado faz parte, as declarações do Secretário Regional da Economia sobre os assuntos em causa, ou seja, sobre a revisão do Quadro Comunitário de Apoio e sobre o POSEIMA.

No que respeita a outras questões que eu sempre trato aqui com seriedade, com frontalidade e sem medir as palavras ou insinuar, eu quero dizer a esta Casa que, contrariamente ao que o Sr. Deputado Europeu Arlindo Cunha veio dizer para a Região, ou seja, que havia 5 milhões de contos de projectos em atraso — foi ele que o disse, tal qual está transcrito e como o Sr. Deputado gosta de citar a comunicação social — deve haver engano do Sr. Deputado Arlindo Cunha.

É verdade que houve um Governo que deixou mais de 5 milhões de contos de projectos no sector agrícola de um Quadro Comunitário para o outro. Esse Governo não foi o actual, foi o anterior Governo, na passagem do I para o II Quadro Comunitário de Apoio.

Quando o II Quadro Comunitário de Apoio tinha uma dotação para o Programa Agricultura de 23 milhões de contos, automaticamente à partida, foram gastos, por transição de projectos, valores que quase atingiram os 6 milhões contos. Ficaram disponíveis, do ponto de vista líquido, 17 milhões contos.

Como os Srs. Deputados desta Casa sabem, esses 17 milhões de contos, foram gastos em indemnizações compensatórias ao longo deste Quadro Comunitário de Apoio e ainda vão ser gastos outros 7 milhões de contos, o que quer dizer que tanto o anterior como o actual secretário tinham à sua disponibilidade, a partir da dotação inicial, 10 milhões de contos. Isto quer dizer que a dotação do anterior Quadro Comunitário de Apoio foi uma subdotação, o fracasso completo no que respeita à dotação do sector agrícola que criou fortes dificuldades.

Mau grado dessa situação, este Governo Regional, em sucessivas reprogramações, conseguiu reforçar este Quadro Comunitário de Apoio de forma a que, neste momento, a despesa pública efectiva já ultrapassa os 30 milhões. É isto que permite que, enquanto no II Quadro Comunitário de Apoio, na sua proposta, estava prevista a aprovação de 400 projectos de investimento e de modernização de explorações agrícolas, neste momento, já estão aprovados e com cobertura financeira integral 1539 projectos dos quais mais de 60% foram aprovados na vigência deste Governo.

É verdade que houve fecho de candidaturas, mas não foi com este Governo — há aqui um engano — foi com o anterior Governo, mais precisamente na entrada do anterior Quadro Comunitário de Apoio.

Quando se fez a transição, após as eleições de 1992, como toda a gente sabe, houve dificuldades financeiras e houve também dificuldades na entrada em vigor do II Quadro Comunitário de Apoio de modo a que a regulamentação e as candidaturas só entraram a partir de 95 e só foram aprovados projectos em 95. O pico da execução coincidiu, exactamente, com o ano 1996, ou seja, com o ano das eleições.

É verdade que houve um Governo que fez isso, mas não foi este Governo, foi o vosso Governo.

Também é verdade que a portaria que existe e que foi aqui referida, no que respeita aos limites orçamentais para aprovação, não difere da portaria que foi aprovada pelo vosso Governo e que diz que os projectos só podem ser executados até ao limite da dotação orçamental existente.

Foi essa decisão que a Sub-Unidade de Gestão tomou, ou seja, face ao término das dotações existentes, decidiu que não submeteria a aprovação novos projectos, enquanto eles não tivessem a cobertura financeira. Esta é uma atitude sensata.

Contudo, não tomou a decisão, nessa altura, de fechar a entrada de projectos e não o fez, porque face à experiência de gestão de anteriores Quadros Comunitários de Apoio, é conveniente que haja projectos em carteira logo após a aprovação do PDR, para que eles possam, efectivamente, vir a ser aprovados imediatamente e entrarmos automaticamente em velocidade de cruzeiro.

Esta é uma medida que este Governo está tomando, ouvindo as associações de agricultores, os diferentes responsáveis, e é do pleno conhecimento deles.

É preciso dizer outras coisas a quem vem de visita a esta terra, porque às vezes esquecem-se, uma vez que quem vive cá sabe perfeitamente o que é que se passa mas falam em falta de diálogo, que esta reforma obteve e foi pedido o parecer das associações agrícolas, das organizações de produtores no seio do Conselho Regional de Agricultura. Para isso foram feitas reuniões próprias nas quais foram entregues documentos e foram pedidos pareceres.

Em sede desta Assembleia, pela primeira vez, um Secretário vem dar contas como é que foram os resultados das negociações.

No seguimento do relatório apresentado a esta Assembleia, como é seu dever e devia ser dever de todos os Governos, também apresentou um relatório à Comissão Regional de Agricultura e pediu, nessa altura, às organizações de produtores que apresentassem propostas para o próximo plano de desenvolvimento regional.

Neste momento, posso dizer que já me chegou às mãos, pelo menos, uma contribuição de uma organização de produtores e espero que as outras, embora já tenha ultrapassado o prazo que lhes foi dado, entreguem a sua, porque desta forma estarão a contribuir para a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio antes dele estar fechado, ao contrário do que fizeram anteriores administrações que somente apresentaram esses planos depois deles serem aprovados em Bruxelas, ou seja, depois dos factos consumados.

A falta de diálogo, a falta de colaboração e de parceria com as organizações de produtores, não é, de facto, uma prática deste Governo, mas sim dos anteriores Governos.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É bom que o Sr. Secretário Regional da Agricultura reconheça, depois do que disse ontem em directo, que cancelou a entrada de projectos de investimentos importantes para o sector agrícola.

Em relação ao anterior Governo gostaria apenas de registar que o anterior Secretário no final da legislatura veio a esta Casa, e nessa altura o senhor era Deputado, e fez o retrato, isento, da situação da Medida Agricultura do PEDRAA II.

Não havia qualquer razão para o Sr. Secretário, aquando da sua posse, afirmar que desconhecia a situação financeira anterior.

Foi este Governo do Partido Socialista que, em 1997, definiu investimentos na agricultura com base num reforço de 20 milhões de contos do PEDRAA II. Este Governo não obteve financiamentos comunitários para atingir esse nível de despesa pública.

É por causa disso que este executivo, que assumiu compromissos com as associações e com os agricultores e mesmo com esta Assembleia, não consegue atingir os níveis de investimento a que se propôs.

Quando o Sr. Secretário Regional faz referência expressa de que a revogação da portaria 15/95 tem a ver com razões orçamentais, está a explicar claramente que não tem dinheiro para lá pôr.

Portanto, o reforço da medida Agricultura que este Governo preconizou não consegue atingir, nem chega lá. Daí que faça o que acabou de fazer.

É bom que todos saibam que não vão haver investimentos nas explorações agrícolas dos Açores durante 1999.

Haviam expectativas criadas. Há agricultores que estavam a preparar projectos de investimento, tal como os técnicos, para apresentarem nos próximos dois períodos de candidatura.

Como se sabe, havia a possibilidade de se apresentar candidaturas nos meses de Fevereiro, Junho e Outubro, mas já se perdeu a possibilidade de se apresentar projectos nos meses de Junho e Outubro.

A verdade, e sobre a orientação da União Europeia, é que as candidaturas recebidas e aprovadas durante 1999, poderão ser pagas durante os primeiros dois anos do III Quadro Comunitário de Apoio. Esta foi uma referência expressa à semelhança das referências expressas em relação à revisão do POSEIMA que nos foram apresentadas na reunião da representação portuguesa em Bruxelas.

Foi-nos dito, e eu próprio coloquei essa questão, que não há necessidade de se impedir o normal funcionamento das candidaturas de investimento na Agricultura, porque a Comissão Europeia havia dado orientações de que era possível pagar, durante os primeiros dois anos do II Quadro Comunitário de Apoio, as mesmas.

Aquilo que o senhor está a fazer, neste momento, não tem qualquer razão em relação às orientações comunitárias. Tem sim, em relação às dotações que o Governo Regional destinou para o sector agrícola. Esta é que é a verdade.

Oxalá que seja possível repensar esta revogação e dar a possibilidade, àqueles que criaram expectativas de investimento, de continuarem o processo de modernização, que é extremamente necessário.

Volto a lembrar que isso também acontece porque há muitas candidaturas que deram entrada em 97 e algumas no final de 96, que não estão aprovadas e outras não estão a ser pagas.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que foi um acto de coragem levantar-se para defender o indefensável.

O Sr. Deputado também faz contactos com as organizações de produtores de São Miguel e sabe perfeitamente em que situação é que se encontram os agricultores, quer os jovens agricultores que estão à espera de quota leiteira para avançarem com os seus investimentos, quer os restantes agricultores que continuam a aguardar a aprovação para os projectos de investimento que já deram entrada nos serviços oficiais. Esta é a verdade da qual não deve fugir.

No que se refere à quota leiteira, gostaria de dizer que nunca mais nos esquecemos da afirmação do Secretário de Estado da Agricultura, Capolas Santos, actual Ministro,

quando esteve aqui, ou seja, que o problema da quota estava resolvido. Nem está resolvido o problema da quota do passado, nem está resolvido o problema da quota do futuro.

A verdade é que o aumento de quota para Portugal não dá para satisfazer as necessidades nem as expectativas de crescimento da produção de leite no que se refere aos Açores.

Em relação à vinda do Dr. Arlindo Cunha aos Açores, gostaria de dizer que as preocupações dele centraram-se na exacta medida em que os problemas foram colocados pelas organizações de produtores. Se algum reparo há a fazer, faça às organizações de agricultores e não ao Dr. Arlindo Cunha.

Quanto às questões da expectativa de investimento, eu ontem reparei que o Sr. Secretário teve a coragem de fazer referência aos 5 milhões. Não vou discutir o valor, porque foi o valor que ouvimos e que nos foi apontado.

Porém, não o ouvi fazer referência à situação, em termos de candidaturas entregues nos serviços oficiais, do investimento nessa área. Não teve coragem de o fazer, porque sabe que há atrasos substanciais que estão penalizando seriamente os agricultores e é preciso que isto se diga, porque tivemos oportunidade de ouvir, na passada Segunda-Feira, numa reunião que promovemos, os representantes de todas as organizações de agricultores de São Miguel que colocaram livremente as suas preocupações, expectativas e desilusões em relação àquilo que está a ser a política do actual Governo. Esta é a verdade que não convém esquecer.

O Sr. Deputado tem falado aqui no rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e na reforma antecipada. As candidaturas da reforma antecipada, por exemplo, que deram entrada no período de candidatura de Março e Abril, estão seriamente condicionadas pelos projectos de investimento dos jovens agricultores em fase de instalação, uma vez que se vão adquirir uma exploração, se vão investir com apoios comunitários numa exploração que é cedida pela reforma de alguém, neste momento, estão numa situação de impedimento, porque não poderão investir nessas explorações com apoios comunitários pois isso foi-lhes coarctado sem qualquer aviso.

Aqui vamos ter dois problemas: o problema das candidaturas em relação à reforma antecipada e o problema dos jovens agricultores que pretendem instalar-se. Esta é a nossa realidade.

É contra a tentativa de desinformar, de desviar as atenções, de falar de outras coisas importantes, como a Fábrica da Unileite, que sempre apoiei e sempre apoiarei.

Recordo e tenho o testemunho de vários agricultores que se lembram claramente de quem é que disse na altura, que o investimento da nova Fábrica da Unileite era a maior pedra do sapato da lavoura micaelense. Isto foi dito na Lagoa junto de vários agricultores e fica registado, não precisando fazer mais referências.

Eu sou defensor da nova fábrica.

Os agricultores são defensores da nova fábrica e qualquer Governo não teria a alternativa, porque a Unileite na unidade industrial que tem, obsoleta e ultrapassada, não cumpriu os requisitos das duas directivas comunitárias que criam os critérios de higieno-técnicos.

Qualquer Governo teria a obrigação de aprovar um investimento que não é deste nem daquele Governo, mas sim dos 700 lavradores que fornecem leite à Unileite e que tomaram essa decisão. São esses os investidores da fábrica Unileite.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para reforçar o pedido de esclarecimento que tinha feito ao Sr. Deputado António Almeida, relativamente ao qual ele não se pronunciou, certamente por esquecimento, e prende-se com a questão da intimidação que referiu no seu discurso. Gostaria de saber, concretamente a que situação é que se refere?

Por outro lado, há aqui um aspecto que, na minha opinião, é fundamental e vem ao encontro da forma como se avalia e fiscaliza a actividade de um Governo.

Os problemas existem. Ninguém nega que eles existem e que existem situações complicadas.

Porém, o critério para avaliar se o Governo está ou não a governar bem, não é puro e simples cumprimento dos objectivos, mas sim conhecer a forma como são

conciliadas as necessidades com as disponibilidades que o Governo tem. Este tem que ser o critério.

Se o Sr. Deputado utilizar esse critério como em meu entender e modesta opinião acho que deve, certamente verá que o Governo efectivamente tem governado bem.

Quanto à questão da Fábrica da Unileite, apraz-me registar essa postura, mas não me refiro concretamente ao senhor. Nem sempre foi assim e o senhor reconhece isso. O senhor reconhece que, da parte do PSD, não houve, desde logo, na altura em que era necessário ter, esta clareza e esta forma inequívoca de manifestar este apoio à Fábrica da Unileite.

Já agora aproveito para lhe dizer que a minha posição não é a de reclamar para o Governo a propriedade daquele investimento.

Deputado António Almeida (PSD): Ah! Muito bem!

O Orador: É óbvio que não é. Agora, o Sr. Deputado fará justiça se reconhecer que também foi este Governo que, inequivocamente, decidiu que aquele investimento tinha que ser apoiado.

Se vir todas as declarações, nomeadamente por alturas dos finais de 96, que foram proferidas a este propósito, certamente compreenderá e verá que eu até tenho alguma razão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Dos aspectos da sua intervenção, apenas queria focar um e relaciona-se com as quotas leiteiras.

Eu concordo que as quotas leiteiras podem inibir alguns agricultores de alcançarem maior produção.

No entanto, penso que o problema dessas quotas encaminha-se, de uma forma segura, para uma solução que, na minha opinião, num futuro próximo, será satisfatória.

Eu julgo que o correcto, o que deve ser defensável e meritório, é que este Governo, independentemente da produção leiteira dos Açores já ter ultrapassado a quota que está atribuída à Região, nunca se inibiu de estimular a produção.

Veja-se, ao nível da recuperação das indústrias de lacticínios que estavam perfeitamente arruinadas, o esforço que o Governo fez, mostrando um acto de grande coragem, porque comodamente podia, sabendo que a quota leiteira tem limites, ter evitado a recuperação dessas fábricas, mas mostrando muita coragem, grande determinação e esperança de que o problema das quotas ia ser resolvido satisfatoriamente, enveredou por um caminho de aumento da produção que a todos tem beneficiado muito, especialmente aos produtores dessas ilhas que tinham as suas indústrias completamente arruinadas.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à última questão, o Governo não pode, de maneira nenhuma, impedir que as vacas deixem de produzir leite. Portanto, as expectativas de crescimento sempre existiram, só que o que o está a acontecer agora resulta, certamente, do melhoramento genético, da alteração do maneio nas explorações e é óbvio que é fruto dos últimos 10 anos de investimento e de modernização das explorações. O Sr. Deputado não venha fazer referências às quotas.

A única coisa que a União Europeia considera quando se ultrapassa a quota de um estado-membro, é o pagamento de um determinado valor pelo quilo da quota a mais do que está estipulado.

Sobre isso, já que estamos a falar de quota, o nosso grande receio é que, mesmo na reforma da PAC, todas as ajudas orientadas para o sector de leite e lacticínios, vão ter em conta subsídios por unidade de animal ou de área para produções na área do leite e será tido em conta o montante da quota, ou seja, aqueles produtores que estão a produzir para além da quota na eventualidade de virem a receber alguns subsídios, só receberão na medida da quota que têm.

A referência que fiz tem a ver com o processo negocial.

Já sabemos que há discordância de ambas as partes, mas nós entendemos que Portugal devia ter colocado, em cima da mesa, uma negociação da quota para os Açores. É essa a nossa posição.

Portugal colocou em cima da mesa uma prioridade para a quota do tomate e do trigo rijo. Está no seu direito. Foi uma opção, uma prioridade, mas nós entendemos que isso devia ter sido feito em relação aos Açores, porque estamos a falar dos próximos 7 anos, ou seja, de um período que compreende 2000 a 2006. Não estamos a falar, propriamente, das expectativas de crescimento para os próximos dois anos.

Há aqui um compromisso que nós entendemos que deveria ter sido assumido.

Nós já temos o problema da quota a algum tempo, vamos ver agora que entendimento é possível, entre o Governo Regional e o Governo da República, para que rapidamente se possa retirar quota aos produtores do Continente.

É bom lembrar que nalgumas regiões do nosso país há também expectativas de crescimento e as indústrias que investiram na área do leite e do lacticínios também têm expectativas de crescimento e não vão perder essa quota.

Nós ficaremos satisfeitos se o Governo da República conseguir, desde já, resolver o problema da produção que já existe acima da quota que os produtores têm nos Açores e depois que dê condições, em termos de acesso à reserva nacional, para aquilo que poderá acontecer nos próximos anos.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer as afirmações anteriores que agora foram tomadas noutro sentido, no que respeita à quota leiteira.

De facto, o que existe para redistribuir não são somente os 28 milhões que foram atribuídos. São os 28 milhões mais toda a quota não utilizada em Portugal, por isso no relatório que apresentei nesta Casa, falei com satisfação da aprovação, no âmbito do Conselho de Ministros da Agricultura, dos novos mecanismos de flexibilização de distribuição de quota que permitem distribuir quota de produtores não activos para produtores activos.

É essa medida que vai contribuir para resolver o problema existente nos Açores que, no meu entender é um problema de sucesso.

Estamos a falar de produtores que estão a ter ritmos de crescimento da sua produção que, em média, são o dobro, não digo dos últimos 10 anos, mas da média histórica dos últimos 20 ou 20 e tal anos.

Enquanto que a média histórica de aumento da produção se situa nos 4%, efectivamente, nos últimos anos o aumento médio de produção tem se situado acima disso, ou seja, perto dos 8%.

Mesmo neste primeiro trimestre do ano 1999, estamos a registar aumentos de produção ainda superiores aos 8%. Não sabemos como é que o ano vai terminar.

De qualquer forma, eu já tive ocasião de dizer aos senhores representantes das organizações de produtores, em sede de Conselho Regional de Agricultura, que continuassem a produzir, porque o Governo Regional, no âmbito da aplicação dessas medidas de flexibilização, iria continuar a exigir, junto do Governo da República, a resolução e o reequilíbrio da atribuição de quotas leiteiras.

Nós pensamos que elas devem ser atribuídas aos produtores que melhor e maior quantidade produzem, ou seja, que reforçam a posição competitiva do país. Nós pensamos que a maioria desses produtores são açorianos e isto no interesse não só da região mas também do país.

Esta questão não será uma benesse do Governo da República, mas sim uma conquista do Governo Regional que ao longo de todo este tempo soube e continua a negociar e a informar o Governo da República no que respeita às suas necessidades.

Aproveitava também para voltar um pouco atrás, porque fiquei surpreendido com uma afirmação que posteriormente foi transformada em desafio à minha pessoa.

Afirmou-se que afinal não se sabia se eram 5 milhões, mas ouviu-se dizer que eram 5 milhões.

Como se ouviu dizer que eram 5 milhões que estavam em atraso, perguntou-se: "Já agora, diga lá, Sr. Secretário, se não são 5 milhões, o que é que são?"

Sras. e Srs. Deputados:

Isto, propagar ideias, propagar informação da qual não se tem a certeza, tem um nome e chama-se desinformação!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Eu julgo que o Sr. Deputado fez um raciocínio que, embora correcto, não vai bater no ponto certo, porque disse que essa produção leiteira actual se devia a investimentos dos Governos anteriores que tinham apoiado investimentos na agricultura.

Pode ser assim, mas a solução final estava errada, porque o potencial genético leiteiro que foi apoiado, em algumas ilhas, estava a transformar-se em carne de uma forma completamente errada e com raças erradas.

Hoje, com o apoio às indústrias de lacticínios, está-se a tirar rendimento deste potencial. Esta é que é a política correcta, ou seja, investir e levar o investimento até à fase final.

Investir numa coisa e a meio do percurso mudar para outra, ou deixar avançar não corrigindo esse percurso, é uma política errada. Na produção de leite, esta é que é a forma correcta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para colocar uma questão:

Qual a situação dos projectos de investimento do Regulamento 2328 e do antigo PEDAP, nesta fase?

O Sr. Secretário pode informar esta Assembleia do volume de investimento que tem origem nas candidaturas que deram entrada, das nove ilhas dos Açores, em relação a esses dois Programas?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em devida altura, e depois de consultar o IFADAP, para lhe poder dar os números certos e não repetir aqui números errados como fez até ao momento, eu informarei esta Casa, mas darei a informação correcta e não a informação de "ouvi dizer".

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento.

Eu não me recordo de, durante a nossa presença em Bruxelas, se ter falado e obtido a resposta que o Sr. Deputado António Almeida há pouco referiu e que se prende com o pagamento dos projectos nos próximos dois anos.

Eu recordo-me de ter sido colocado o aspecto de se saber qual a maneira de poder passar esses processos para o próximo quadro e não de uma solução, e de se apontar que estes projectos seriam pagos nos próximos dois anos de vigor do novo quadro.

Eu ouvi isto hoje de manhã pela boca do Sr. Deputado Costa Neves e não durante a nossa estadia na Comissão.

Eu não me recordo, em nenhuma das sessões que tivemos, quer pelo Comissário da Agricultura, quer dos Interserviços, de ter sido colocada a questão e de se ter, tão pouco, obtido uma resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Forjaz Sampaio:

De facto, não se deve recordar. Eu coloquei essa questão ao Sr. Dr. Paulo Casaca na reunião que tivemos com a REPER.

Se calhar há aqui um problema de terminologia, ou seja, o que é que considera passar os projectos de um ano para o outro.

A questão que coloquei foi precisamente para obter a informação que durante os próximos dois anos, aliás, os primeiros dois anos do III Quadro Comunitário de Apoio, se é possível pagar-se as candidaturas que deram entrada durante 1999. É tão simples quanto isto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria apenas prestar um esclarecimento à Casa.

O Dr. Paulo Casaca não é funcionário da Comissão, é sim funcionário da representação permanente de Portugal junto das Comunidades, ou seja, da embaixada portuguesa.

Deputada Berta Cabral (PSD): E o que é que ele disse?!

O Orador: Se ele produziu alguma informação, não foi a comissão que a forneceu.

O que foi afirmado nesta Casa foi que essa informação tinha tido origem na Comissão.

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, vou conceder a palavra ao Sr. Deputado Augusto Elavai para uma intervenção.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão de Economia a deslocou-se, nos dias 26 de Abril a 2 de Maio, à sede da ICCAT em Madrid, e às sedes das Instituições Europeias em Bruxelas.

Fê-lo no âmbito da Agenda 2000 e após serem conhecidas as conclusões da Cimeira de Berlim.

Sem prejuízo do relatório que a Comissão elaborou sobre esta deslocação, que se encontra já distribuído, e que aborda mais em pormenor as reuniões e contactos efectuados, permitia-me uma pequena intervenção para, em termos mais gerais, dar conhecimento a esta Assembleia dos trabalhos realizados.

Na preparação desta viagem, uma delegação da Comissão deslocou-se à Assembleia da República para reunir com a Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus para formarmos uma posição conjunta e a levarmos junto dessas instituições. A Comissão ouviu igualmente os Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento e o da Agricultura, Pescas e Ambiente que nos transmitiram as posições da Região relativamente a esta matéria.

A comissão começou por reunir em Madrid com o Dr. Adolfo Lima, secretário executivo da ICCAT, Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico, que nos deu conta das preocupações de conservação de determinadas espécies, com o objectivo de manter a Pesca como uma actividade económica estável. Referiu-nos também a importância da investigação científica na tomada de

decisões da ICCAT, fazendo nesse contexto, uma referência elogiosa ao DOP, Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Em Bruxelas, reunimos com o Comissário Europeu da Agricultura, que nos disse que os resultados da Cimeira de Berlim são a maior reforma que alguma vez ocorreu na Agricultura, quer para os produtos europeus serem suficientemente concorrenciais, não só no mercado interno, mas também no mercado internacional, quer ainda por desenvolver um novo conceito de desenvolvimento rural, que explora ao máximo todas as possibilidades que se abrem com a actividade rural.

Também na REPER, Representação Permanente Portuguesa na União Europeia, nos foi informado que, das conclusões de Berlim, tudo configura uma boa solução para o sector da carne, bem como as potencialidades do Programa de Desenvolvimento Rural que, segundo referiram, ultrapassa o conceito produtivo em termos de Agricultura, para consubstanciar um conceito mais largo, que é o de actividade rural. No que diz respeito aos fundos estruturais foi dito que Portugal, em termos de objectivo 1, e considerando apenas dois terços do território, conseguiu a maior ajuda per capita, logo maior disponibilidade de ajudas estruturais. Nas Iniciativas Comunitárias houve uma preocupação de redução. Assim das 13 Iniciativas que havia, ficaram 4, acabando o REGIS por não continuar, apesar de Portugal, segundo realçaram, ter ficado sozinho a defendê-lo até ao fim. Portugal com esta atitude acabou por marcar uma posição forte na Iniciativa INTERREG, como afirmaram os nossos interlocutores.

Foi chamado ainda a atenção, para os prazos, já que se vai exigir muito mais de quem está a gerir os fundos estruturais, até porque, para além dos prazos mais curtos, é mais difícil fazer mudanças de financiamento de programa para programa ou de prioridade para prioridade. Quanto ao POSEIMA, foi realçado o facto de que esta medida específica, não deve ser encarada como um apoio pelo atraso da Região, mas sim como um financiamento ao desenvolvimento económico e social.

A comissão reuniu ainda com o Presidente do Grupo Interserviços, que nos referiu que a continuação do Regis não foi possível, dado que a palavra chave era a concentração, mas tudo o que se fazia ao abrigo do REGIS, continuará a poder ser feito, agora ao abrigo do Programa Geral dos Fundos Estruturais.

Estivemos também com um elemento do gabinete da Sra. Comissária Wulf Mathies, que, para além de nos fazer o historial das negociações referentes aos fundos estruturais, nos referiu que a política de Coesão económica e social europeia deve continuar, mas para poder aproveitar melhor os recursos, deverá haver concentração das verbas, uma melhor eficácia e uma maior simplificação administrativa com vista a reforçar o desenvolvimento harmonioso e sustentável.

A Comissão reuniu também, separadamente, com as delegações dos grupos políticos no Parlamento Europeu, assim como com o Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu.

Por último, reunimos com o Comissário Português, João de Deus Pinheiro, que nos transmitiu a ideia de que quanto às Regiões ultraperiféricas houve muito trabalho, mas a União Europeia passou a responsabilidade para as autoridades nacionais, pelo princípio da Subsidiariedade, havendo legítimas expectativas para que continuem e até se desenvolvam os montantes de ajudas para os Açores. Por último incentivou os deputados regionais a deslocarem-se mais vezes às sedes das Instituições Europeias, uma vez que estas sessões de trabalho são muito úteis para ambas as partes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão, em todos os encontros, transmitiu uma mensagem de sensibilização para os problemas específicos e handicaps permanentes da Região Autónoma dos Açores, com o objectivo de futuramente, o artº 299 - 2 do Tratado de Amsterdão que consagra o estatuto das RUP, possa ter uma concretização mais efectiva.

Foi uma viagem que considero muito positiva e que tinha como objectivos, recolher a maior informação possível, sobre as matérias da Agenda 2000 que são da competência desta Comissão e sensibilizar os responsáveis comunitários contactados, para os problemas específicos dos Açores como Região Ultraperiférica.

Penso e estou convencido que cumprimos os nossos objectivos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em sede de audição na Comissão Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo de 9 de Julho, o Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência referiu que, em princípio, o apoio às Autarquias para reposição dos equipamentos e infraestruturas municipais se faria nos mesmos termos e moldes que tinham sido adoptados para Calamidades de anos anteriores.

Assim, o Governo, por Resolução, deveria isentar de plafond do PEDRAA as Autarquias para que estas acedessem a apoios a 85%, tal como aconteceu com as Resoluções 163/97 e 60/98.

Ainda há pouco tempo a Comunicação Social divulgou a inauguração das Piscinas Municipais da Lagoa, obra de cerca de 250 mil contos, feita ao abrigo destas disposições, concretamente na sequência da Resolução 163/97, de 7 de Agosto, que abrangia apenas esta obra e esta Câmara.

Não se percebe por que razão afinal tal política não foi adoptada para as ilhas atingidas pelo sismo, até porque, na sua esmagadora maioria, se tratam de estragos em equipamentos de primeira necessidade.

O Senhor Secretário Francisco Coelho metaforizou, em afirmações de todo infelizes além de tentativas de aproveitamento das Câmaras, que estas queriam substituir carros velhos por carros novos, isto é, tubos de fibrocimento, por exemplo, por material actual de distribuição de água.

Além de ser uma comparação disparatada revela uma completa incoerência não só com o que se verificou com diferentes equipamentos municipais destruídos por outras calamidades, mas também com os apoios que estão a ser atribuídos (tarde e a más horas, é certo) a diversos agentes da nossa sociedade.

Passados tantos meses para dar resposta aos Relatórios Municipais, duvida-se das razões que estiveram na base da atribuição dos apoios (50% do esforço de reconstrução), como também não se entende a sua repartição.

Concretamente em relação à Câmara da Madalena, o Senhor Secretário Adjunto, hoje de manhã, em Comissão justificou a diferença dos 250.000 contos apontados no

Relatório Municipal para os 160.000 contos considerados pelo Governo pela obsolescência de parte da rede de água e com a deficiente implantação de outra.

Ora, provavelmente, o Governo desejaria que esta Câmara substituísse as tubagens de fibrocimento por outras da mesma idade e material e aponta defeitos numa rede sem que seja conhecida fundamentação técnica para tal.

Por outro lado, apresenta, em termos viários, uma fundamentação completamente errada porque, nomeadamente, o caminho do Valverde não tem semi-penetração, mas sim tapete betuminoso (talvez a equipa de verificação nem tenha ido ao local).

De uma forma ou de outra, quer a rede de águas, quer a rede viária, a serem repostas têm de o ser com os materiais que são por norma agora utilizados, tal como aconteceu, por exemplo, com uma ponte feita pelo Governo e inaugurada com placa, pompa e circunstância.

Em relação à Câmara das Lajes, argumenta o Governo assumir o caminho da Almagreira por questões de rapidez, como se tivesse mais capacidade do que a Câmara para fazer a obra.

Tal não é verdade e a prova é que tudo continua na mesma e a Autarquia já teve de remeter, por duas vezes, os mesmos documentos técnicos para que a obra possa ser lançada, sem que nada aconteça.

Ainda em relação às Lajes do Pico foram drasticamente reduzidos os volumes considerados para outros caminhos e redes de águas de tal forma que, a manter-se esta situação, poderá estar comprometida a reposição dos estragos por via de sobrecarga que tal acarretará à autarquia.

Em termos gerais e em função das estimativas dos Relatórios, à Câmara das Lajes do Pico caberão apoios no valor de 12,7% dos encargos com a recuperação dos equipamentos danificados, à Câmara da Madalena 27,2%, à Câmara de São Roque 71,8% e à Câmara da Horta 39,2%.

Quer isto dizer que à Câmara das Lajes, a mais atingida no Pico, é atribuída a menor percentagem relativa de apoios.

São porém todas estas autarquias que protestam e com razão, começando por aquela que é da mesma cor partidária do Governo.

Longos meses e muitos ofícios sem resposta se passaram para surgir agora uma solução injusta, incompreensível e ainda por cima justificada de tão deplorável forma por um Secretário nomeado para tutelar as autarquias, que põe até em dúvida a honorabilidade de quem foi eleito pelo povo para dirigir estas instituições.

Já não bastavam todos os atrasos dos realojamentos, a demora da reconstrução efectiva que no Pico tem o seu acto legal de começo efectivo com uma Portaria de 14 de Abril, isto é, mais de nove meses após o sismo, para agora serem postas também em causa as possibilidades das nossas comunidades verem recuperadas algumas das suas infraestruturas básicas nomeadamente de rede viária e saneamento básico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi criada pelo Decreto Legislativo Regional 22/93/A, aprovado, por unanimidade, nesta Assembleia na anterior Legislatura.

As razões ponderosas que levaram a tal acto não estarão para já em causa, contudo, a forma como está a ser gerida esta Paisagem deve merecer a nossa reflexão.

A Comissão Directiva a quem as Câmaras têm de sujeitar os processos de licenciamento para parecer vinculativo, funciona com base num documento desajustado, desactualizado e sem o devido formalismo jurídico.

Até agora, a criação deste Decreto Legislativo tem servido para criar entraves à construção na zona abrangida com a agravante, de muitas vezes, por ignorância pública, transferir o ónus dos condicionamentos para as Câmaras, quando estas estão amarradas tanto quanto os cidadãos.

A Direcção Regional do Ambiente já deveria ter encetado os trâmites para que os formalismos legais fossem todos cumpridos, passando desde logo por colocar em inquérito público um Projecto de Regulamento para a Paisagem Protegida.

A situação que se vive não interessa a ninguém:

Nem aos cidadãos com terrenos naquela zona pois causa enormes transtornos, sem qualquer vantagem visível;

Nem às Câmaras, pois provoca embaraços e injustas críticas nos processos de licenciamento;

Nem ao Governo, pois que, estando o interesse público em causa, começam, no contexto actual, a desenvolver-se opiniões de que a ser assim, mais vale não haver Paisagem Protegida.

Urge, pois, neste caso, com coragem e determinação, regularizar a situação, ouvindo as pessoas e tentando conciliar os interesses individuais e imediatistas, com o interesse público e estrutural.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Duarte Freitas:

A actuação política é da responsabilidade de cada um, só que V. Exa. vai permitir-me que eu estranhe a primeira parte da sua intervenção, na medida em que esse assunto foi tratado hoje em Comissão a pedido dos senhores deputados. Para isso tivemos na Comissão o Sr. Secretário Regional e julgo que este assunto, depois do relatório aprovado, poderia ter outro tratamento. V. Exa. assim não o entendeu, está no seu direito.

Da minha parte, julgava que o assunto deveria ser novamente aprofundado inclusivamente com outras audições da parte dos municípios.

O Sr. Deputado faz algum exagero de apreciação quanto à exposição feita hoje pelo Sr. Secretário na Comissão, em relação àquilo que são os comentários, porque só percebe quem quer.

Deixe-me que lhe diga Sr. Deputado, que se há uma rede já com muitos anos, por exemplo, uma rede de fibrocimento para abastecimento domiciliário, essa mesma rede terá o seu enquadramento próprio para ser substituída e não precisa de ser no âmbito das calamidades. Tem o seu prazo próprio e as pessoas sabem que, normalmente, uma rede de fibrocimento, a partir dos 30 anos, já está obsoleta,

provavelmente terá grandes deficiências e não é através das calamidades que o município em questão, deveria querer substituí-la na totalidade.

Tanto quanto me apercebi do trabalho da Comissão e da parte de V. Exa., as explicações dadas pelo Sr. Secretário, no que se refere ao caminho da Almagreira, foram bem claras, ou seja, ele referiu que a opinião técnica tinha sido dos peritos da Direcção de Obras Públicas que por lá tinham passado.

Em relação à outra questão que V. Exa. aqui trouxe, isto é, o regulamento do Decreto aprovado na anterior legislatura, gostaria de lhe dizer que naquele tempo o Sr. Deputado Manuel Azevedo, hoje ilustre colega nestas bancadas, era Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Na minha opinião, o processo não é assim tão simples como V. Exa. quer fazer parecer, porque todo o processo, até determinada altura, foi pacífico, como eu já disse. Eu já disse isto numa reunião em que o Sr. Presidente da Câmara das Lajes veio refutar que eu não tinha razão naquilo que estava a dizer.

Nessa altura ficou combinado haver uma reunião da Comissão Executiva da Paisagem da Vinha no Pico, com a Sra. Directora Regional do Ambiente. Por delicadeza do Sr. Presidente dessa Comissão, os Srs. Deputados da ilha foram convidados a participar, sem direito a voto, para acompanharem os trabalhos.

O Sr. Presidente da Comissão tentou agendar, com a Sra. Directora Regional do Ambiente, uma reunião para se tratar desse regulamento que V. Exa. diz que está obsoleto, mas quando se fizeram as convocatórias, não houve nenhum presidente nem vereador de nenhuma das Câmaras do Pico que aparecesse nessa reunião.

Não compreendo a maneira como V. Exa. trata agora o assunto. Talvez porque teve em causa toda aquela situação que se deu com a aprovação do PDM da Câmara de São Roque, uma reunião onde participaram muitas pessoas de Santa Luzia e onde V. Exa. disse que a culpa não era da Câmara, mas sim do Governo.

O que é certo é que quem preparou primeiro toda aquela zona, teve o aval da Câmara. Toda a zona que hoje é abrangida na paisagem protegida, teve o aval das Câmaras e apenas houve um dirigente que foi substituído e que pertencia à Câmara da Madalena. Os outros foram os mesmos.

Cada um que fique com as suas responsabilidades. Porém, não é necessário dizer que a culpa não é vossa que é do Governo.

A culpa deste Governo prende-se tão só com a paragem do regulamento que não tinha sido publicado. O regulamento estava pronto, tanto quanto V. Exa. sabe e, inclusivamente, eu vi uma cópia que tinha por baixo: Presidente do Governo: Alberto Romão Madruga da Costa. Eu vi uma cópia disto tal como V. Exa. deve ter visto.

Foi com base neste regulamento que, na altura, a Câmara de São Roque começou a ter pareceres de uma Comissão que era presidida pelo Eng.º Ernesto Ferreira que questionou que tipo de regulamento era aquele. Alguém o conhecia, só que alguns dos vereadores que lá estavam não o conheciam.

O que é certo, é que o regulamento não tinha sido publicado e como começou a levantar algumas dúvidas, alguns mal entendidos, algumas questões em que, por exemplo, se chegou à conclusão que se o regulamento não estava publicado a Câmara é que tinha poder de deferir as obras e deferiu e eu sei o nome, porque estava nessa reunião.

O processo pode ter sido moroso de lá até hoje, Sr. Deputado Duarte Freitas, e eu não estou pondo isso em causa. Porém, que o processo tem sido sempre acompanhado e que o actual Presidente da Comissão Executiva, Dr. Manuel Tomás, procurou sempre consensualizar todos os assuntos com os Srs. Presidentes das Câmaras, isso é verdade.

Já houve três reuniões. Eu não pude estar na primeira, mas já compareci em duas, sendo a última com a Sra. Directora Regional do Ambiente e ela está de acordo a que nas zonas que não colidam com os centros a serem classificados pela UNESCO, que essas zonas sejam postas em questão e verificadas se devem ou não ser reduzidas. Isso foi dito nessa reunião.

Eu julgo que temos a mesma preocupação em relação à população de Santa Luzia. Isso não está em causa.

Aquelas pessoas, tirando mais oportunismo, menos oportunismo, não devem pagar uma factura que não é só deles. Se é para elas pagarem a factura, elas devem ser ressarcidas daquilo que lhes querem coarctar, ou seja, a liberdade de construção à beira mar, porque é a única que elas têm na sua freguesia.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu tinha ficado convencido que tinha sido suficientemente pormenorizado nas explicações que tive o gosto de dar à Comissão Eventual de Acompanhamento à Reconstrução, esta manhã, conforme referiu. Pelo visto isso não aconteceu.

Sendo assim, eu vou repetir aqui e explicitar perante todo o plenário, qual o entendimento do Governo sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, o Governo entendeu que, atendendo aos danos excepcionais que os municípios desta zona sofreram em termos de equipamentos municipais e, à semelhança daquilo que o próprio Governo Regional beneficiou, a título extraordinário, em termos de solidariedade financeira, quer por parte da União Europeia, quer por parte do Estado Português, devia, na mesma percentagem, prestar um apoio financeiro excepcional aos municípios afectados pelo sismo de 9 de Julho.

Daí que se tenha dado início a um processo que passou, numa primeira, fase por solicitar às Câmaras Municipais atingidas, que fizessem um relatório de avaliação desses danos, relatório esse que pelos visto indigna muito o Sr. Deputado, e que foi, como não podia deixar de ser, como é direito e dever do Governo Regional quando se trata de atribuir verbas, verificado por técnicos de empresas contratadas pelo Governo Regional. Eu não sei em que é que isto o escandaliza, a não ser que tenha um concepção ditatorial de Assembleia e de maioria ou então tenha verdadeiramente um conceito exacerbado de democracia tipo popular.

Fique sabendo, Sr. Deputado Duarte Freitas, que este Governo não está aqui pela graça de Deus nem por generosidade do PSD. Este Governo está aqui porque o partido que o suporta ganhou as eleições, não sei se se recorda.

Portanto, em termos de legitimidade democrática, estamos perfeitamente conversados. Aliás, a sua ideia jacobina de democracia popular, levaria certamente a que não houvesse tutela do Governo sobre as autarquias locais. Que escândalo!

Então o Governo quando dá dinheiro não tem o direito, ou melhor dizendo, o dever de fiscalizar?

Foi isto que o Governo fez, responsabilmente. Não o fez numa perspectiva ditatorial ou de apoucar.

Aliás, V. Exa. sabe, porque eu disse de manhã, e se calhar já sabia antes, que da avaliação do Governo resultou que os danos apontados pela Câmara Municipal de São Roque do Pico totalizavam 18 mil 795 contos e que o Governo Regional, depois da sua avaliação, chegou à conclusão, segundo o seu parecer técnico, que esses danos afinal deveriam importar em 31 mil 938 contos.

Nalguns casos, e neste caso por exemplo, a avaliação do Governo até resultou em mais. De resto, o que obedece aos critérios do Governo, Sr. Deputado, é o seguinte, conforme eu já lhe disse:

O facto de uma estrada ter sido atingida, não significa que foi toda ela, por exemplo, e que toda ela tenha que ser reparada.

O facto de determinado tipo de canalizações ter sido destruído, se calhar por questões de idade, não quer dizer que o Governo, necessariamente teria que participar como novo, aquilo que é velho, até porque, conforme V. Exa. sabe e muito bem, os municípios têm um plafond para investimentos municipais, nomeadamente para saneamento básico que podem usar de acordo com as suas opções.

O que aconteceu nesta matéria, foi que o Governo entendeu, e bem, que devia, excepcionalmente, prestar auxílio financeiro às Câmaras Municipais para reparação ou reconstrução dos equipamentos municipais.

Achou por bem e justo que o critério de participação devia ser, fazendo contas, o mesmo que o próprio Governo Regional recebeu, em termos de União Europeia e em termos de Governo da República, ou seja, na mesma percentagem, 50%.

Procedeu, responsabilmente, como era seu direito e seu dever, à avaliação desses danos municipais e, de acordo com isto, resolveu atribuir a esses municípios, em termos de plafond extraordinário, uma participação no valor de 50%.

Penso que os critérios são claros.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Francisco Coelho:

O Governo tem todo o direito de verificar os estragos, mas talvez o senhor não devia ter proferido as afirmações que proferiu, ou seja, comparou coisas que não são comparáveis e tentou ridicularizar relatórios feitos com bases credíveis pelas autarquias para tentar justificar uma coisa que não consegue justificar.

A piscina municipal da Lagoa era um equipamento novo ou estava obsoleto?

Deputado Eugénio Leal (PSD): *Muito bem!*

(Pausa)

O Orador: O Sr. Secretário responda se faz favor.

Vozes da bancada do PSD: Responda!

(Pausa)

Deputado João Cunha (PSD): Não sabe! Só sabe o que lhe interessa!

O Orador: As autarquias do Pico e do Faial têm estradas e muros obsoletos, muros a cair que estavam podres, por isso é preciso conceder menor percentagem. A piscina municipal da Lagoa, que nem sequer é um equipamento básico, provavelmente terá sido construída exactamente como estava antes, daí o Sr. Presidente do Governo ter ido lá inaugurar.

Em relação a isto, temos aqui dois pesos e duas medidas.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Julgo que a primeira parte está respondida.

Segunda questão:

Foram os senhores que muito falaram e divulgaram na solidariedade nacional e europeia, pelas boas relações com o Governo da República e que tinham

inclusivamente com as instituições europeias nas quais têm a grande maioria dos Governo e do Parlamento.

Portanto, agora têm que dizer claramente que essa solidariedade não foi suficiente e é por isso que só apoiam 85% de 50% e mesmo assim com os tais dois pesos e duas medidas que estiveram na base de reduzir drasticamente os investimentos considerados ilegíveis.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É preciso que isto fique bem claro para toda a câmara perceber, porque há aqui pessoas que talvez não percebam bem de que é que nós estamos a falar.

Inclusivamente há aqui uma questão de pormenor, mas que é importante, ou seja, essa comissão de verificação, com técnicos certamente, — não percebo — só não tendo indo ao local, é que pode afirmar que no caminho do Valverde a estrada é em semipenetração, quando na realidade é em tapete betuminoso. Logo, aqui há uma alteração substancial dos montantes que seriam ilegíveis.

Penso que a este nível estamos razoavelmente esclarecidos.

Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Em relação à questão da paisagem protegida, eu, pessoalmente, fui convidado para participar nessa reunião e, não sei se o Sr. Deputado se lembra, mas ficou mais ou menos entendido que se deveria realizar em Dezembro de 1998.

A Sra. Directora Regional, para tratar deste assunto, só encontrou tempo em Março de 1999 e mesmo assim, num Sábado de manhã, tendo-me avisado e pelo que sei aos outros autarcas, com dois dias de antecedência.

As coisas não podem ser marcadas desta forma, ou seja, avisar tão em cima da hora — ainda por cima para o Sábado onde as pessoas têm coisas marcadas da sua vida — para se tratar de um assunto que já deveria ter sido tratado 3 meses antes.

Mesmo assim, é preciso não esquecer que as Câmaras Municipais têm mandado relatórios e pareceres relativamente a coisas que consideram desactualizadas e desajustadas em relação àquele regulamento que está a ser utilizado.

Por alguma razão, o anterior governo e o actual nunca deram a devida forma àquele regulamento que funciona apenas como regulamento interno e o Sr. Deputado sabe

tão bem quanto eu porque é, ou seja, tem ali matéria que é delicada e que já está ultrapassada necessitando de ser alterada.

Eu quis trazer a esta Câmara a necessidade de sensibilizar o Governo para tomar as devidas providências para rapidamente avançar com todo o processo que passa também por um inquérito público para formalização daquele regulamento, porque as pessoas é que estão sendo prejudicadas, as autarquias indevidamente caíem-lhes o ónus em cima, porque o Sr. sabe, tão bem quanto eu, que tem que pedir obrigatoriamente parecer à comissão da paisagem protegida, segundo o decreto legislativo regional, e que ficam também condicionadas pelo parecer que lhes é dado. É nas autarquias que os cidadãos requerem o licenciamento e é a própria autarquia que o dá.

Muitas vezes isto para o cidadão comum causa confusão, e o senhor sabe bem disso, porque pensam que são as câmaras que o estão a impedir.

Também estou certo que da parte da Comissão da Paisagem Protegida, da Comissão Directiva, há todo o interesse, porque as coisas estão a cair-lhe em cima, estão desajustadas e não estão devidamente enquadradas, em termos legais e em termos de conteúdo, naquilo que existe.

Por um lado, o que urge neste momento, é clarificar que há a necessidade e a responsabilidade da Direcção Regional do Ambiente em avançar com aquele processo e, por outro lado, as pessoas serem consultadas para participarem nesse mesmo processo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu pensei que V. Exa. queria falar na questão da comparticipação financeira do Governo Regional para calamidades sísmicas e equipamentos municipais.

Afinal, V. Exa. quer falar da Lagoa.

É outro tipo de calamidade, porque não atingiu só a Lagoa. Tem outra causa e, em termos globais, outros montantes que obedeceram eventualmente a outros critérios e que não foram só da Câmara Municipal da Lagoa.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Pois, aí é que está!

O Orador: Eu tenho a certeza, Srs. Deputados, que se perguntarem ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo se ele não acha razoável e satisfatório o apoio que recebeu, tenho a certeza que ele dirá que sim.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas o da do Nordeste não acha!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Francisco Coelho:

Essa sua fuga para a frente não resultou, porque ficámos exactamente no mesmo.

O Sr. Secretário não esclareceu e toda a Câmara já percebeu — e é bom que todas as pessoas percebam, não só as atingidas pelo sismo como as outras — que houve dois pesos e duas medidas.

Eu volto a vincar:

Como é que se pode comparar uma piscina, com rede viária, com rede de abastecimento de água? É comparável?!

Deputado Eugénio Leal (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se era para haver dois pesos e duas medidas, seria precisamente para a rede viária e a rede de abastecimento terem uma maior participação do que têm.

Falta aqui qualquer coisa e o Sr. Secretário não esclareceu porque não consegue fazê-lo.

Já agora, voltando ao princípio, por que é que fiz algumas considerações na Comissão e trouxe este assunto a plenário?

Porque foi o senhor, antes dos autarcas terem conhecimento do resultado da verificação, que veio para a comunicação social dizer que eles queriam substituir carros velhos por carros novos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todos nós já percebemos o que é que se passa.

Vozes da bancada do PSD: Já! Já!

O Orador: Todos nós já percebemos, sempre que o Governo Regional, conforme acha que lhe compete, comparticipa em termos excepcionais por danos que não só os municípios mas que ele próprio sofreu, qual a política dos deputados do PSD nessa matéria, ou seja, é mais 20, 30 ou 50. É sempre assim.

Nesta matéria Sr. Deputado, o Governo Regional seguiu um critério perfeitamente claro e objectivo, isto é, resolveu comparticipar os danos dos municípios na mesma percentagem daquilo que recebeu para os danos que ele próprio tem que suportar quer da União Europeia, quer da República Portuguesa.

Nesse aspecto, critério mais transparente e mais equitativo do que este não há.

Foi isto que se passou e é isto que se vai passar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Francisco Coelho:

Isto é como a "pescadinha do rabo na boca".

O senhor se só dá 50%, porque foi isso que recebeu, por que é que em vez de acusar as autarquias que iam substituir carros velhos por carros novos, não reclamou da falta de solidariedade nacional e europeia?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Por que é que não o fez?

Eu nunca o vi fazer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Acerca de solidariedade nacional e europeia, nós estamos bem falados no que se refere ao PSD e Governos de Cavaco Silva. Todos nos lembramos disso.

Agora, quando a laranja neoliberal assume as cores do amarelo mauista, todos nós temos, necessariamente, que nos lembrar dos bons tempos do cavaquismo.

O que se passa, Sr. Deputado, é que solidariedade não é sinónimo de irresponsabilidade.

O PSD/Açores que aguentou o Sr. Prof. Cavaco Silva quando dizia, em relação a algumas regiões autónomas, "se queres dinheiro vai ao Totta", agora mostra-se muito reivindicativo. São tempos diferentes Sr. Deputado.

Já agora deixe-me dizer que eu não disse que as Câmaras — é bom que isto fique claro, porque V. Exa. insinuou isso por duas vezes, usando aquela táctica mauista que agora está na moda no PSD, do que uma mentira dita muitas vezes ainda passa a ser verdade — queriam substituir carros velhos por carros novos.

O que eu disse foi que, em bom rigor, quando se quer pagar danos quer-se pagar danos e o prejuízo é o prejuízo do que existe e do que tem que ser substituído.

Evidentemente, que uma canalização velha não vale o mesmo que uma nova. Por isso é que as Câmaras Municipais têm o PEDRAA e há apoios para o saneamento básico.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Francisco Coelho:

As suas tentativas de evasão relativamente a esta matéria, na minha opinião, não podem confundir esta Câmara, nem poderão fazer opinião pública.

Está no jornal "Telégrafo", de Quinta-feira, 22 de Abril, entre aspas: "isso era o mesmo que se uma Câmara Municipal tivesse um carro de 15 anos, tivesse sido danificado e exigisse uma comparticipação como se de um carro novo se tratasse".

O senhor disse isto, porque está entre aspas e eu não vi nenhum desmentido.

Quanto às outras fugas, tentativas políticas de desviar este debate, eu não me pronuncio, porque seria entrar na sua onda e não é isso que me interessa. O que me interessa é esclarecer o que penso que já foi esclarecido.

Dois pesos, duas medidas. Não há solidariedade. Ninguém reclama!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições vamos fazer um intervalo até às 19.00 horas.

Chamo a atenção dos Srs. líderes dos Grupos Parlamentares e da Representação Parlamentar para uma conferência.

(Eram 18.25 horas)

(Após o intervalo o Sr. Deputado Humberto Melo ocupa o seu lugar de Presidente na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores)

Presidente: Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19.30 horas)

Ontem, entrámos na discussão do **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Regime Jurídico do Conselho de Ilha"**

Vamos dar continuidade a esse ponto.

Está aberta a discussão na generalidade.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O diploma que neste momento estamos a apreciar resulta, inevitavelmente, da revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região que aconteceu a algum tempo atrás.

Este diploma foi debatido na Comissão competente. Reuniu um largo consenso nos trabalhos da mesma e foram-lhe introduzidas algumas alterações de aperfeiçoamento, nomeadamente na sua componente financeira.

Surgiram algumas dúvidas neste aspecto, mas foi possível ultrapassá-las satisfatoriamente através de algumas alterações posteriores.

Uma vez que as coisas encontram-se neste ponto, o Partido Socialista vai dar o seu voto favorável.

Formulamos votos para que os conselhos de ilha, a partir de agora, funcionem bem e façam bom uso das competências acrescidas de que passam a ficar investidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A intervenção que eu tinha preparada para fazer, não será feita.

Eu estou de acordo com o conselho de ilha e vou votar favoravelmente este diploma.

Portanto, não quero levantar nenhuma questão.

No entanto, quando o Sr. Deputado Herberto Rosa, há pouco, falou no Estatuto, eu apercebi-me de uma coisa que ainda não me tinha apercebido e gostaria, com toda a frontalidade, de colocá-la à Câmara.

Eu chamo a atenção dos senhores juristas para a matéria, porque tenho a impressão que os primeiros artigos são, exactamente, aquilo que está consignado no Estatuto e não sei até que ponto é que isto não deveria fazer parte do preâmbulo do diploma, uma vez que estamos a transferir para um Decreto Legislativo Regional aquilo que está numa lei, ou seja, o Estatuto, e que neste caso é uma lei de valor reforçado.

Eu posso estar enganado, mas tenho a impressão que estes primeiros artigos — o 1.º e o 2.º, vêm exactamente iguais da comissão, alterando-se apenas o n.º 2 do artigo 2.º para o artigo seguinte — são exactamente iguais àquilo que está no nosso Estatuto Político-Administrativo e deveriam vir no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional. Assim, diria-se que o Estatuto Político-Administrativo já definiu que, em cada ilha, existiria um conselho de ilha, que o conselho de ilha é composto por este e por aqueles senhores, que os deputados eleitos pelo círculo de ilha participam e finalmente estatuiu aquilo que nós decidíssemos aqui.

Eu tenho muito receio que, se isto efectivamente for assim, poderemos ter mais um pedido de ilegalidade ou de não haver acordo com o estatuído.

Eu gostaria de pôr esta matéria à consideração para se pensar antes de entrarmos propriamente na votação.

Eu tenho a impressão que seria boa metodologia que os artigos que são iguais ao que já está no Estatuto, seriam preâmbulo deste diploma e o resto, da nossa parte, não oferece qualquer dúvida, ou atitude diferente.

Neste momento, apenas temos este receio e esta preocupação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Compreendo perfeitamente a questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão aqui levantou.

Permitia-me, no entanto, chamar a atenção para o facto de que, na nossa opinião, a questão seria totalmente pertinente se estivesse a usar da prerrogativa de fazer adaptação de legislação nacional.

Aliás, sobre esta matéria, julgo que esta Assembleia está, inequivocamente, esclarecida perante os pareceres do Sr. Ministro da República, relativamente a diplomas recentes sobre os quais temos trabalhado ultimamente.

No caso em apreço, estamos aqui a exercer uma iniciativa própria de desenvolvimento de uma lei em relação à qual não podemos contrariá-la.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Podemos reproduzi-la!

O Orador: Reproduzi-la tem sido a prática corrente ao longo destes anos neste tipo de documentos.

Portanto, no fundo, estamos a reproduzir a matéria que estamos a regulamentar, a desenvolver, ou seja, reproduzimos para desenvolver. Nesta perspectiva, julgamos que não há que haver nenhum receio, sem prejuízo dos ilustres juristas poderem manifestar, mas essa foi sempre a tradição nesse tipo de diplomas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, gostaria apenas de referir que, na postura de esclarecimento desta situação, parece que a questão da repetição do mesmo teor dos artigos do Estatuto Político-Administrativo, vem levantar alguns problemas em termos de eventual conformidade — seguindo-se o

entendimento que o Sr. Ministro da República tem partilhado — deste Decreto Legislativo Regional com a Constituição.

Existem duas situações diversas: o argumento e o fundamento do veto por inconstitucionalidade relativamente aos diplomas que repitam preceitos de lei — não tem nada a ver com o outro argumento que também foi avançado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, mas que me parece que não colhe nesta questão — e a não contrariedade com a lei já existente.

Quer seja iniciativa própria, quer seja a primeira vez que se legisle sobre a matéria, quer seja a adaptação de legislação nacional, efectivamente, o argumento, esta tese, esta perspectiva, aplica-se em ambos os casos.

Sempre que se repitam normativos que já existam, nomeadamente em lei, é preciso não esquecer, que o Estatuto Político-Administrativo assume, para todos os efeitos, o carácter de lei. Para todos os efeitos, o que nós estamos aqui a fazer é a repetir o normativo, os artigos dessa lei.

Julgo que será conveniente a câmara reflectir sobre este assunto tendo em vista evitar a eventualidade de um veto por inconstitucionalidade no entendimento que o Sr. Ministro da República tem seguido, mas que penso que seria talvez fastidioso discutir agora aqui se ele tem ou não razão nesse entendimento. Ficamos apenas por aqui. Eu sei que o Sr. Deputado Paulo Valadão não pretende enveredar por aí.

O entendimento é este, é um facto. Portanto, talvez tenhamos é que lidar com ele.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Embora correndo o risco de não ter acompanhado, em toda a linha, as intervenções feitas, queria apenas chamar a atenção de que era bom reflectir sobre as cautelas que devíamos ter nesta matéria, até porque apesar de termos, e com razão, a sensação de um paternalismo indesmentível em matéria de Estatuto Político-Administrativo, o que é inegável é que a Assembleia da República é que o aprova. Portanto, queria lançar para a reflexão este pequeno pormenor que pode vir a ser decisivo.

Como o primeiro artigo e uma parte do segundo artigo deste diploma podem perfeitamente, como sugeriu o Deputado Paulo Valadão, serem referidos como um

prefácio, justificando a iniciativa legislativa, eu julgo que é muito fácil resolver o problema e retirar qualquer juízo ou dúvida legal sobre esta iniciativa legislativa. Era mais cauteloso, provavelmente fazer isto.

Embora percebendo os argumentos que também foram adiantados pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o facto do Estatuto ser da iniciativa da Assembleia Legislativa Regional, mas ser aprovado na Assembleia da República, pode também vir a ser interpretado, por quem tem que o fazer, como um perigo que pode ferir de ilegalidade ou inconstitucionalidade essa iniciativa.

Por via das dúvidas e como isso não é politicamente decisivo, eu julgo que era mais cauteloso encontrar aqui uma solução na qual se retirasse esses artigos de letra de lei deste diploma e se fizesse referência a eles num preâmbulo.

Parece-me que isto é mais cauteloso para esta câmara e como isso é fácil e não é politicamente decisivo, eu julgo que esse seria talvez o melhor caminho. Portanto, é mais uma reflexão a tantas outras muito bem feitas que já forma aqui trazidas ao plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sem prejuízo do que já aqui foi dito, eu queria lembrar que em relação aos decretos regulamentares regionais — isto para nossa reflexão, porque estamos a regulamentar — muitas vezes é norma corrente haver essa transcrição.

Seja como for, porque se trata de uma matéria em que o que importa, como muito bem foi aqui dito, é que o que saia daqui saia com todas as garantias — porque assim é que se ganha tempo — de estar conforme os enquadramentos a que estamos sujeitos, e como ao longo do trabalho da Comissão não nos surgiu esse tipo de questão, queria dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Popular partilha dessa questão. Se conseguirmos encontrar uma melhor forma, a mesma terá o nosso entusiasmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Dadas as intervenções que foram feitas e porque não há razão para impasses, eu sugeria um brevíssimo intervalo para se encontrar uma solução para a matéria de acordo com as comunicações que aqui foram feitas.

É o melhor trabalho que prestamos à reflexão que aqui foi feita: um brevíssimo intervalo de 5 ou 10 minutos no máximo e resolveríamos esse problema.

Eu julgo que é o que temos que fazer agora.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 19.40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar com a discussão, na generalidade, do diploma.

(Eram 20.00)

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD entende a importância da existência deste órgão nas várias ilhas da nossa Região.

Por várias razões, nas comunidades das nossas ilhas, nem sempre este órgão tem tido a projecção que seria de desejar e nem sempre tem tido a actividade que seria de desejar.

Parece-nos que as introduções que agora são introduzidas no diploma podem vir a facilitar e a criar, nos conselhos de ilha, o dinamismo e a importância que, teoricamente, todos reconhecemos a este órgão, mas que na prática, infelizmente, não se tem verificado.

Desde logo, o facto dos conselhos de ilha passarem a existir em todas as ilhas e não apenas naquelas que tinham mais de um conselho, parece-nos ser de salientar, como

também nos parece ser de salientar que o alargamento, quer na composição, quer nas competências deste órgão, pode vir a contribuir para que ele passe a ter uma maior visibilidade e maior intervenção nas nossas comunidades, do que aquela que tem tido até aqui.

Quanto às competências, é de salientar que a uniformização dos regulamentos e das posturas municipais, que é uma das funções deste órgão, é uma das suas importantes competências e os constituintes, as pessoas que vierem a compor esses conselhos de ilha devem ter em atenção, tal como aquilo que cada vez se mostra mais importante, ou seja, a cooperação e a colaboração entre as autarquias locais de uma maneira geral, mas sobretudo quando elas se situam na mesma ilha.

A apreciação dos Planos dos Municípios e do Plano Regional numa perspectiva de ilha, parecem-me também ser duas competências importantes, entre as outras que constam no presente diploma, e que merecem ser salientadas nesta revisão que agora se faz a este diploma.

Por essas razões e desejando que o conselho de ilha passe a ter na nossa Região e nas nossas ilhas uma importância diferente e reforçada relativamente àquela que tem tido, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente a presente proposta de diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, como disse, não fiz a intervenção que tinha preparado para fazer. Apenas levantei a questão que me suscitava dúvida e o entendimento a que se chegou foi que se vai avançar de acordo com a proposta inicial.

Portanto, como eu disse já no passado em relação a um outro processo diferente deste, temos que correr alguns riscos. No nosso entender, valerá a pena correr esse risco e nós conscientemente vamos votar todo este articulado favoravelmente na certeza de que poderá ser um risco.

De qualquer forma, nós pensamos que é justo aquilo que é proposto e por isso vamos votar favoravelmente.

Em relação à matéria propriamente dita, já foram feitas algumas considerações, mas a consideração fundamental que gostaria de deixar aqui vai no sentido de manifestar o nosso desejo de que em todas as ilhas, depois de aprovado este decreto legislativo regional, seja implementado o conselho de ilha, porque a experiência diz-nos que apesar de há bastantes anos a esta parte nas ilhas onde havia mais de um conselho, era obrigatoriamente necessário implementar os conselhos de ilha.

A realidade, por um lado, diz-nos que em muitas das nossas ilhas, os conselhos de ilha não foram implementados e, por outro lado, mesmo nalgumas ilhas onde os conselhos de ilhas foram implementados, a realidade é que ou não funcionavam ou funcionavam mal.

Por isso mesmo, na nossa opinião, seria fundamental que todos nós e todos aqueles que têm responsabilidades que aqui são regulamentadas, contribuíssemos para o bom funcionamento do conselho de ilha em todas as ilhas.

No entanto, temos esperança que isso aconteça na medida em que a abrangência que se propõe para este conselho de ilha vai, da parte daqueles que têm direito a participar no conselho de ilha, contribuir para que ele seja implementado e funcione.

O nosso voto é que a partir desta legislação aprovada e publicada, em todas as ilhas, possa funcionar devidamente o conselho de ilha.

Presidente: Encerrado o debate na generalidade, vou pôr à votação o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Regime Jurídico de Conselho de Ilha, foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputado, uma vez que estamos em cima da nossa hora regimental de encerramento dos trabalhos, ponho à consideração da Câmara se damos continuidade aos nossos trabalhos, ou se suspendemos imediatamente.

(Pausa)

Com o assentimento de todas as bancadas vamos prosseguir com a discussão e votação na generalidade.

Está aberta a discussão sobre o artigo 1º..

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre o artigo 2.º para ao qual há uma proposta de alteração da Comissão que consiste na eliminação do nº. 2 e que foi assumida pelo Grupo Parlamentar do PP.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 2º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Seguindo a metodologia da própria Comissão, ponho à discussão o aditamento, ou seja, o artigo 2º.-A.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 2º.-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre o artigo 3º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 4º para o qual há uma proposta de alteração subscrita por todos os Grupos Parlamentares.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5º.

Para este artigo também há uma proposta de alteração subscrita por todos os Grupos Parlamentares.

Está aberta a discussão

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre o artigo 6º para o qual há uma proposta de alteração também subscrita por todos os Grupos Parlamentares.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 7º para o qual há uma proposta de alteração da Comissão.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 7º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 8º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre o artigo 9º. para o qual há uma proposta de alteração apresentada pela Comissão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 9º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão sobre os artigos 10º. e 11º..

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 10º. e 11º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.

Está aberta a discussão sobre a proposta da Comissão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 12º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 13º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para os artigos 14º., 15º. e 16º. para os quais há propostas de alteração.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 14º., 15º. e 16º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para os artigos 17º. e 18º..

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 17º. e 18º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 19º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 19º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 20º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 20º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 21º. existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 21º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Poria agora à discussão os artigos 22º., 23º. 24º., 25º. e 26º. se não houver objecções da Câmara.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 22º., 23º. 24º., 25º. e 26º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão do artigo 26º.-A.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 26º.-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 27º. há uma proposta da Comissão

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 27º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 28º.

Para este artigo há uma proposta subscrita por todos os Grupos Parlamentares e pela Representação Parlamentar.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 28º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 29º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 29º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 30º..

Para este artigo há uma proposta subscrita por todos os Grupos Parlamentares e pela Representação Parlamentar.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 30º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 31º..

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 31º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Os nossos trabalhos amanhã terão início pelas 10.00 horas

Boa noite e muito obrigado aos Srs. Deputados.

(Eram 20.0 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Couto de Sousa

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga da Costa**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

José **Élio Valadão** Ventura

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

José do Nascimento **Ávila**

A Redactora Principal: Maria da Conceição Fraga Branco